

PS – SERVIÇOS DE APOIO  
ADMINISTRATIVO EIRELI – ME

PLANO DE  
RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL  
GRUPO TEDESCO



**GRUPO TEDESCO**

# **Plano de Recuperação Judicial**

**TÉLRI – TECNICA EM LINHAS E REDES RURAIS E INDUSTRIAIS  
LTDA**

**CNPJ/MF: 77.097.376/0001-90**

**REDE ALTA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**

**CNPJ/MF: 09.432.233/0001-38**

**LUIZ TEDESCO**

**CNPJ/MF: 56.108.499/0001-00**

**TEREZINHA GALANTE TEDESCO**

**CNPJ/MF: 56.108.212/0001-41**

**FÁBIO LUIZ TEDESCO**

**CNPJ/MF: 56.108.296/0001-13**

**FRANCIELE TEREZINHA**

**CNPJ/MF: 56.108.808/0001-41**

**Toledo, 05 de fevereiro de 2025.**



Elaborado por PS – Serviços de Apoio Administrativo  
Eireli - ME, especialmente para o processo de  
Recuperação Judicial das empresas **TÉLRI –  
TECNICAS EM LINHAS E REDES RURAIS E  
INDUSTRIAIS, REDE ALTA MATERIAS  
ELÉTRICOS LTDA, LUIZ TEDESCO, TEREZINHA  
GALANTE TEDESCO, FABIO LUIZ TEDESCO,  
FRANCIELE TEREZINHA TEDESCO**, componentes  
do **GRUPO TEDESCO**, autuado sob o nº. **0033231-  
94.2024.8.16.0021**, em trâmite perante o Juízo da 4ª  
VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL DE  
CASCAVEL, Estado do Paraná, de acordo com a Lei  
nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 e sua atualização  
pela Lei 14.112/2020, em atendimento aos artigos 53  
e seguintes.

PRJ – GRUPO TEDESCO

Sumário

1 APRESENTAÇÃO DO GRUPO TEDESCO .....5

1.1 APRESENTAÇÃO ..... 5

1.2 HISTÓRICO..... 8

1.3 MOTIVOS PARA O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CAUSAS DA  
CRISE FINANCEIRA E DO ENDIVIDAMENTO GRUPO TEDESCO ..... 12

2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GRUPO TEDESCO .....26

2.1 MISSÃO ..... 26

2.2 VISÃO ..... 27

2.3 POLÍTICA DE QUALIDADE ..... 27

2.4 VALORES ..... 27

2.5 ÉTICA CORPORATIVA E PESSOAL..... 27

2.6 RELEVÂNCIA SOCIOECONÔMICAS..... 28

3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....30

3.1 INTEGRA DA DECISÃO DE DEFERIMENTO ..... 32

4 ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO .....49

4.1 QUADRO DE CREDORES ..... 49

4.2 MEIOS DE RECUPERAÇÃO DA EMPRESA PLANO DE  
REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL..... 49

4.2.1 ÁREA COMERCIAL..... 50

4.2.2 ÁREA ADMINISTRATIVA..... 50

4.2.3 ÁREA FINANCEIRA..... 51

4.2.4 OUTROS MEIOS DE RECUPERAÇÃO DA EMPRESA..... 51

4.2.5 LEILÃO REVERSO..... 52

4.3 CENÁRIO ECONÔMICO ..... 52

5 ETAPA QUANTITATIVA .....53

5.1 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - PROJEÇÕES..... 53

5.1.1 PROJEÇÃO DE RESULTADOS..... 53

5.1.2 PROJEÇÃO DE RECEITA BRUTA..... 54

5.1.3 ANÁLISE..... 54

5.1.4 PROJEÇÃO DE RECEITAS..... 55

5.1.5 ANÁLISE..... 56

5.2 DETALHAMENTO DA PROJEÇÃO DE RESULTADOS (VIDE ANEXO I –  
LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO E FINANCEIRO) ..... 58

6 PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES DA RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL .....59

6.1 PROPOSTA DE PAGAMENTO - CREDORES DA CLASSE I..... 60

6.1.1 PRAZO DE PAGAMENTO..... 60

6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO - CREDORES DAS CLASSES II, III E IV ..... 60

6.2.1 PRAZO DE PAGAMENTO..... 60

6.2.2 INÍCIO DOS PAGAMENTOS ..... 61

6.2.3 FREQUÊNCIA DOS PAGAMENTOS..... 61

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTUK RBJGL RDQTT XWG7D

**PRJ – GRUPO TEDESCO**

6.2.4 NÚMERO DE PARCELAS..... 61

6.2.5 DESÁGIO..... 61

6.2.6 CORREÇÃO MONETÁRIA E ATUALIZAÇÃO DOS VALORES..... 61

6.2.7 DEMAIS CONDIÇÕES DESTA PROPOSTA..... 62

6.2.8 PROJEÇÃO DO PAGAMENTO AOS CREDORES..... 63

**7 INFORMAÇÕES DOS DADOS PARA EFETIVAÇÃO DOS DEPÓSITOS DOS PAGAMENTOS DESTE PRJ AOS CREDORES DAS CLASSES I, II, III E IV .....63**

**8 ANÁLISE DE VIABILIDADE DA PROPOSTA DE PAGAMENTO .....65**

**9 BAIXA DOS PROTESTOS .....66**

**10 SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES CONTRA OS AVALISTAS, FIADORES, GARANTIDORES SOLIDÁRIOS E COOBRIGADOS .....67**

**11 MANUTENÇÃO DA POSSE DOS BENS ESSENCIAIS .....68**

11.1 LISTA DOS BENS ESSENCIAIS..... 69

**12 MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO .....69**

**13 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....71**

**14 NOTA DE ESCLARECIMENTO .....72**

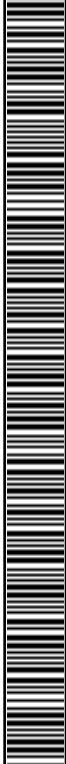
**15 CONCLUSÃO.....73**

**16 ANEXOS.....75**

16.1 ANEXO I – LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO E FINANCEIRO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – GRUPO TEDESCO..... 75

16.2 ANEXO II – LAUDO DE AVALIAÇÃO DOS BENS E ATIVOS – GRUPO TEDESCO. .... 75

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTUK RBJGL RDQTT XWG7D



## PRJ – GRUPO TEDESCO

# 1 APRESENTAÇÃO DO GRUPO TEDESCO

## 1.1 APRESENTAÇÃO

Estrutura Operacional da TELRI:



**PRJ – GRUPO TEDESCO**





## PRJ – GRUPO TEDESCO

Abaixo algumas fotos da Empresa REDE ALTA – MATERIAIS

ELÉTRICOS:





## PRJ – GRUPO TEDESCO

### 1.2 HISTÓRICO

Há quase meio século, em 1976, o Grupo Tedesco teve o seu pontapé inicial pelas mãos do Sr. Luiz Tedesco. Partindo de uma simples oportunidade de adquirir um pequeno comércio de Materiais Elétricos, e em 1979 o Sr. Luiz abriu a empresa TELRI – Comércio Varejista de Materiais Elétricos, e a família de origem humilde transformou-se em empreendedores de sucesso.

Luiz, nascido em Santa Catarina, filho de agricultores, enfrentou diversas adversidades até se estabelecer no Paraná e ingressar no ramo da eletricidade.

Para ajudar a família financeiramente, o Sr. Luiz arrumou um emprego como eletricitista, de uma pequena loja de materiais elétricos, até surgir a oportunidade de adquirir esse comércio e que se tornou a TELRI – Comércio Varejista de Materiais Elétricos, que com o tempo, cresceu e evoluiu, exigindo a contratação de profissionais qualificados e parcerias estratégicas, como a COPEL – Companhia Paranaense de Energia

A expansão dos negócios levou à criação de uma nova empresa em 2008, a REDE ALTA, fundadas por seus filhos Fabio Luiz e Franciele.

A necessidade de expandir os contratos com a COPEL, fez com que houvesse a transição da empresa TELRI para a REDE ALTA.

Com isso a REDE ALTA se tornou exclusivamente especialista em redes de alta tensão, prestando serviços de qualidade e com eficiência para toda a comunidade, e a TELRI continuou como comércio varejista de materiais elétricos.

Também fazem parte do GRUPO TEDESCO, como produtores rurais, o Sr. Luiz Tedesco e sua esposa Sra. Terezinha Galante Tedesco, o Sr. Fabio Luiz Tedesco e a Sra. Franciele Terezinha Tedesco, os quais exercem atividades que incluem a cadeia produtiva completa da pecuária, ou seja, cria, cria, cria e engorda de gado, plantio de soja, milho, trigo e aveia.

As atividades de produtor rural são exercidas na fazenda de propriedade do GRUPO TEDESCO, tendo sido adquirida em meados do ano 2000.

A seguir algumas imagens que ilustram a atividade rural exercida pelo GRUPO TEDESCO, através dos produtores rurais de Luiz, Terezinha, Fabio e Franciele TEDESCO:



PRJ – GRUPO TEDESCO



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUTUK RBJGL RDQTT XWG7D



PRJ – GRUPO TEDESCO



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTUK RBJGL RDQTT XWG7D



## PRJ – GRUPO TEDESCO



O aprendizado e a dedicação da família ao longo dos anos resultaram na consolidação da empresa como referência no mercado. Além dos empreendimentos comerciais, a família Tedesco também investiu em uma propriedade rural, tornando-a produtiva e diversificada, com cultivos e criação de gado, lavoura com plantio de soja, milho, trigo e aveia, mesmo diante de desafios, como um acidente que afastou Luiz temporariamente dos negócios, a família se uniu para superar as dificuldades e prosperar.

Com quase meio século de atividade o GRUPO TEDESCO, gera muitos empregos, e sempre honraram seus compromissos e de forma determinada proporcionaram incalculáveis benefícios sociais e econômicos a toda a comunidade de Toledo e região.



## PRJ – GRUPO TEDESCO

O Grupo não é apenas um conglomerado de empresas, mas força motriz para o desenvolvimento regional. Sua história é testemunho de perseverança, trabalho árduo e determinação, inspirando gerações futuras a alcançarem o sucesso, independentemente das adversidades.

### 1.3 MOTIVOS PARA O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CAUSAS DA CRISE FINANCEIRA E DO ENDIVIDAMENTO GRUPO TEDESCO

As empresas Requerentes, pertencentes ao GRUPO TEDESCO, que, frise-se, já vinham elevando o seu endividamento por questões de mercado e elevação dos custos como os que foram mencionados acima em seu histórico, viram-se obrigadas, para manterem suas atividades e por falta de fluxo de caixa, a renegociar o seu endividamento bancário e a aceitar a imposição de uma elevada taxa de juros, uma vez que os juros oficiais ao ano estabelecidos pela taxa SELIC, ditada pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL, saíram da casa dos 2% em 2020, chegando aos estratosféricos 13,75% em 2022.

A causa desta elevação foi ininterruptamente anunciada pela mídia, e teve a sua base justificada pela necessidade do controle da inflação, porém, o efeito nas empresas que já vinham com um endividamento controlado e chamado pelos economistas de “endividamento saudável”, fugiu totalmente das curvas de projeções utilizadas nos planejamentos financeiros. Afinal, não havia como prever que a SELIC sairia de 2 para 13,75%.

O fato é que as empresas Requerentes, foram vítimas dessa elevação da taxa de juros e, por este motivo, desestruturaram por completo o seu planejamento financeiro e comprometeram de forma determinante o seu fluxo de caixa.

Abaixo, colaciona-se informações do histórico da taxa de juros básicas, extraídas do site do BANCO CENTRAL DO BRASIL, com a demonstração da elevação das taxas de juros<sup>1</sup>:

\_\_\_\_\_



PRJ – GRUPO TEDESCO

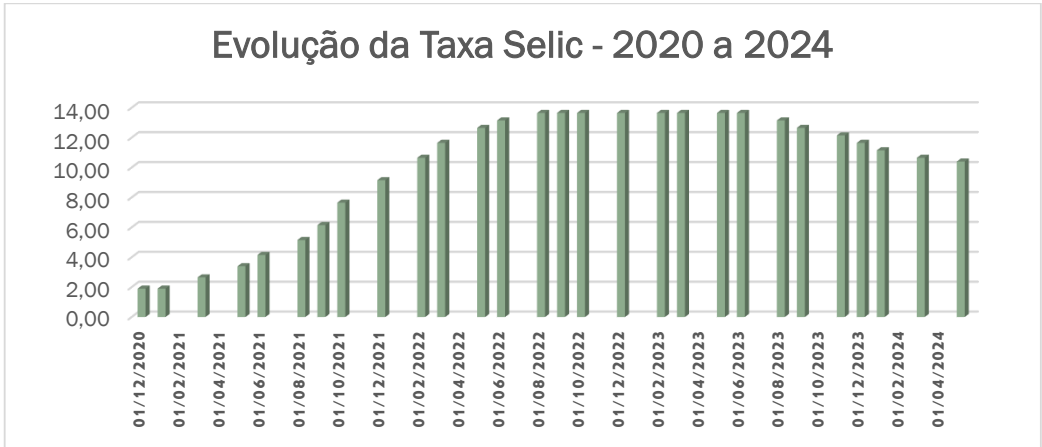
Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom e evolução da taxa Selic.						
Reunião		Período de vigência	Meta SELIC	TBAN	Taxa SELIC	
			% a.a.	% a.m.		
Nº	Data	Viés	(1)(6)	(2)(6)	% (3)	% a.a. (4)
263º	19/06/2024	20/06/2024 -	10,50			
262º	08/05/2024	09/05/2024 - 19/06/2024	10,50		1,15	10,4
261º	20/03/2024	21/03/2024 - 08/05/2024	10,75		1,33	10,65
260º	31/01/2024	01/02/2024 - 20/03/2024	11,25		1,39	11,15
259º	13/12/2023	14/12/2023 - 31/01/2024	11,75		1,45	11,65
258º	01/11/2023	03/11/2023 - 13/12/2023	12,25		1,28	12,15
257º	20/09/2023	21/09/2023 - 02/11/2023	12,75		1,38	12,65
256º	02/08/2023	03/08/2023 - 20/09/2023	13,25		1,68	13,15
255º	21/06/2023	22/06/2023 - 02/08/2023	13,75		1,53	13,65
254º	03/05/2023	04/05/2023 - 21/06/2023	13,75		1,74	13,65
253º	22/03/2023	23/03/2023 - 03/05/2023	13,75		1,38	13,65
252º	01/02/2023	02/02/2023 - 22/03/2023	13,75		1,69	13,65
251º	07/12/2022	08/12/2022 - 01/02/2023	13,75		2,05	13,65
250º	26/10/2022	27/10/2022 - 07/12/2022	13,75		1,43	13,65
249º	21/09/2022	22/09/2022 - 26/10/2022	13,75		1,23	13,65
248º	03/08/2022	04/08/2022 - 21/09/2022	13,75		1,74	13,65
247º	15/06/2022	17/06/2022 - 03/08/2022	13,25		1,68	13,15
246º	04/05/2022	05/05/2022 - 16/06/2022	12,75		1,43	12,65
245º	16/03/2022	17/03/2022 - 04/05/2022	11,75		1,45	11,65
244º	02/02/2022	03/02/2022 - 16/03/2022	10,75		1,13	10,65
243º	08/12/2021	09/12/2021 - 02/02/2022	9,25		1,4	9,15
242º	27/10/2021	28/10/2021 - 08/12/2021	7,75		0,82	7,65
241º	22/09/2021	23/09/2021 - 27/10/2021	6,25		0,57	6,15
240º	04/08/2021	05/08/2021 - 22/09/2021	5,25		0,68	5,15
239º	16/06/2021	17/06/2021 - 04/08/2021	4,25		0,57	4,15
238º	05/05/2021	06/05/2021 - 16/06/2021	3,50		0,39	3,40
237º	17/03/2021	18/03/2021 - 05/05/2021	2,75		0,34	2,65
236º	20/01/2021	21/01/2021 - 17/03/2021	2,00		0,28	1,90
235º	09/12/2020	10/12/2020 - 20/01/2021	2,00		0,21	1,90

<sup>1</sup> Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom e evolução da taxa Selic.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTUK RBJGL RDQTT XWG7D



PRJ – GRUPO TEDESCO



Especificamente no caso das Requerentes, as dificuldades começaram a surgir em 2020 com o agravamento da pandemia SARS-COV-2. Aliado a tal acontecimento, teve outro percalço que aumentou os custos pois tiveram que investir em um novo prédio para atender as exigências da COPEL, o valor do orçamento inicial de gastos com as obras não foram suficientes e tiveram que investir mais, contratar uma equipe multidisciplinar como departamento de RH, financeiro, supervisor de obras, supervisor de campo, engenheiros, equipe técnica qualificada e diferenciada para a execução dos serviços, investimentos em veículos da frota adaptados para o tipo do serviço, uniformes, treinamento e qualificação profissional que vem de fora do estado, e tudo isso acabou encarecendo o custo do serviço, e com as altas taxas de juros tiveram que negociar os contratos de empréstimos e contratar novos para manter o fluxo de caixa.

**MATÉRIA VEICULADA NO SITE DA AGÊNCIA CBIC – CAMARA BRASILEIRA DA INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO**

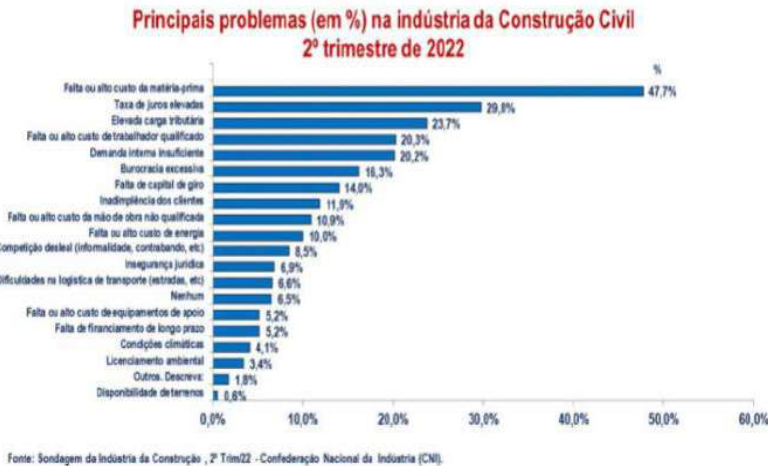
LINK:<https://cbic.org.br/aumento-no-preco-dos-insumos-e-o-maior-problema-da-construcao-ha-24-meses/>



PRJ – GRUPO TEDESCO

Aumento no preço dos insumos é o maior problema da Construção há 24 meses

Sondagem: Pelo oitavo trimestre consecutivo, a falta ou o alto custo dos insumos é o principal problema da Construção



Na matéria jornalística divulgada em 25/07/22, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) revelou que, pelo oitavo trimestre consecutivo, a falta ou o alto custo dos insumos permanece como a principal preocupação no setor da construção.

O estudo *"Desempenho Econômico da Indústria da Construção – segundo trimestre de 2022"* destaca que, além dos insumos, a taxa de juros elevada e a escassez ou alto custo de trabalhadores qualificados são desafios significativos. O levantamento, que envolveu mais de 400 empresas, aponta que a falta ou custo elevado de matéria-prima foi citada por 47,7% dos empresários, enquanto a taxa de juros elevada foi mencionada por 29,8% e a falta ou custo de trabalhador qualificado por 20,3%. A pesquisa destaca aumentos significativos nos custos de insumos como vergalhões e arames de aço, tubos e conexões de ferro e aço, e tubos e conexões de PVC, conforme o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Apesar dos desafios, a CBIC revisou para cima, pela segunda vez em 2022, a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da Construção Civil, atribuindo essa revisão a mudanças no Programa Casa Verde e Amarela.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUTUK RBJGL RDQTT XWG7D

## PRJ – GRUPO TEDESCO

A expectativa é de um crescimento de 13,5%. Contudo, a economista da CBIC, Ieda Vasconcelos, ressalta que o setor ainda está longe de recuperar as perdas acumuladas nos últimos anos. O mercado de trabalho na construção tem apresentado resultados positivos, gerando mais de 430 mil novas vagas com carteira assinada desde o início da pandemia, embora o presidente da CBIC destaque que o setor ainda não atingiu os níveis pré-crise, refletindo a necessidade de um crescimento mais expressivo para a completa recuperação. O setor continua desempenhando um papel estratégico na economia nacional, influenciando positivamente diversos setores por meio de sua extensa cadeia produtiva.

### MATÉRIA VEÍCULADA NO SITE DE FATO

Link: <https://defatoonline.com.br/cimento-aco-e-materiais-eletricos-tem-alta-historica-nos-precos-e-ameacam-obras-publicas/>

Pandemia de Covid-19 eleva preço dos insumos para construção civil. Fios de cobre tiveram 91,26% de aumento; o aço, 75%; o cimento, 50,79%; e os materiais elétricos, 83%.

Os materiais elétricos também passaram por grandes reajustes, com alta de 83%. Se não bastasse a alta nos preços, a construção civil também precisa lidar com problemas de abastecimento. Aço, cabos elétricos, louças, metais, esquadrias de alumínio e tubos de PVC são os que lideram o *ranking* em termos de maior prazo de entrega.

### MATÉRIA VEICULADA NO SITE DA CONSTRUTORA VITACON

LINK: <https://vitacon.com.br/conteudo/investimento-imobiliario/como-a-taxa-de-juros-influencia-no-mercado-imobiliario/>

A matéria acima aborda a influência da taxa de juros no mercado imobiliário, destacando sua relevância nos aspectos da confiança do consumidor, no valor dos imóveis e na rentabilidade dos investidores.



## PRJ – GRUPO TEDESCO

A variação na taxa de juros pode impactar diretamente o custo dos financiamentos, tornando a aquisição de imóveis mais cara em períodos de alta taxa Selic.

A facilidade ou dificuldade no financiamento é apontada como uma consequência significativa, afetando a confiança do consumidor e levando muitos a adiar compras de bens de alto valor. O texto destaca ainda a relação entre taxa de juros e alternativas de investimento, como renda fixa, influenciando a movimentação no mercado imobiliário.

Além disso, aborda a dinâmica entre oferta e demanda, apontando como as variações na taxa de juros podem afetar os preços dos imóveis e criar oportunidades para investidores, especialmente em cenários de alta nos juros, onde a procura por imóveis é reduzida, permitindo negociações vantajosas para quem pode comprar à vista.

Ou seja, demonstra que a alta nas taxas de juros auxiliou a desencadear crise financeira para empresas do setor imobiliário e da construção civil, impactando negativamente na demanda por imóveis, aumentando os custos operacionais e minando a confiança de investidores e consumidores.

## MATÉRIA VEICULADA NO SITE DA AGÊNCIA BRASIL DE NOTÍCIAS

LINK: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-02/alta-no-preco-de-insumos-para-construcao-civil-preocupa-cbic>

**Aumento no preço de insumos para construção civil preocupa o setor, pois a alta pode prejudicar sobretudo, os empreendimentos populares, diz CBIC.**

*Publicado em 22/02/2021 - 15:06 Por Pedro Peduzzi - Repórter da Agência Brasil - Brasília*

A análise da matéria revela uma situação desafiadora para o setor imobiliário e de construção civil no Brasil, especialmente para empreendimentos vinculados ao programa Casa Verde e Amarela destinados a famílias com renda mensal entre R\$ 2.500 e R\$ 4.500. A pandemia, que estimulou o interesse na compra de imóveis em busca de melhor qualidade de vida, é contraposta pelos



## PRJ – GRUPO TEDESCO

Indicadores Imobiliários Nacionais do quarto trimestre de 2020, divulgados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que apontam desafios significativos.

O aumento nos preços dos materiais de construção e a ameaça de desabastecimento emergem como fatores críticos, especialmente para a faixa de renda mencionada, que representa menor margem de lucro para as empresas contratadas. A sondagem da CBIC destaca um aumento de 9,8% na compra de imóveis novos e uma queda de 17,8% no número de lançamentos em 2020, indicando um cenário desafiador.

A falta ou alto custo de matéria-prima é apontada como o principal problema enfrentado pelos empresários do setor, com 50,8% das assinalações. O presidente da CBIC, José Carlos Martins, ressalta que o aumento nos preços dos insumos, associado à falta de abastecimento, é "extremamente preocupante" e coloca o setor em risco, especialmente no contexto do Programa Casa Verde e Amarela.

Os dados da Fundação Getúlio Vargas mostram que os preços do material de construção subiram significativamente, com alguns insumos registrando aumentos acima de 50%. O impacto é particularmente sentido no programa Casa Verde e Amarela, cuja representatividade nos lançamentos e vendas caiu, evidenciando a pressão sobre as margens desse segmento.

A CBIC expressa preocupação com a queda nos financiamentos pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e alerta para os saques frequentes no FGTS, que podem prejudicar as famílias em busca de acesso à moradia. Diante desse cenário, a CBIC busca sensibilizar o governo e o Congresso, propondo alternativas como importação, ajustes nos prazos de contratos e reequilíbrio de contratos para enfrentar os desafios impostos pelos aumentos nos preços dos insumos.

## MATÉRIA VEICULADA NA REVISTA VEJA

LINK: <https://veja.abril.com.br/economia/desaceleracao-na-producao-faz-industria-andar-para-tras-em-2022>



## PRJ – GRUPO TEDESCO

*Desaceleração na produção faz indústria andar para trás em 2022 com recuo de 0,7% vem após a reação em 2021; setor perdeu ritmo durante o ano por causa de juros altos e fim do fôlego de pacotes de estímulo...*



A produção industrial brasileira encerrou o ano de 2022 com uma queda de 0,7%, incapaz de sustentar a recuperação iniciada em 2021, quando o setor registrou um crescimento de 3,9%, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O desempenho estagnado em dezembro contribuiu para a falta de dinamismo ao longo do ano. Apesar do crescimento em 2021, anos anteriores já indicavam um encolhimento da atividade industrial.

O gerente da pesquisa, André Macedo, destaca que parte do crescimento de 2021 está relacionada à significativa queda de 2020, causada pelo início da pandemia. Durante 2022, a indústria teve dois comportamentos distintos. No primeiro semestre e início do segundo, respondeu positivamente às medidas de incremento da renda adotadas pelo governo, mas ao longo do segundo semestre, essa resposta perdeu fôlego, e a indústria apresentou um comportamento de menor intensidade e mais frequentes resultados negativos.

Vários fatores contribuíram para a desaceleração em 2022, incluindo a elevação da taxa de juros, que afeta os custos de crédito, e a inflação, especialmente nos alimentos, impactando a renda das famílias e, por conseguinte, o consumo. Também houve influência do aumento nas taxas de inadimplência e de endividamento, além da precarização dos postos de trabalho no mercado de trabalho, apesar da recuperação ao longo do ano.



## PRJ – GRUPO TEDESCO

A queda de 0,7% no fechamento de 2022 afetou todas as grandes categorias econômicas, a maioria dos ramos, grupos e produtos, evidenciando a natureza disseminada da desaceleração. O setor de indústrias extrativas, com destaque para o minério de ferro, exerceu a maior influência negativa. Alguns segmentos, como produtos de metal, metalurgia, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e produtos de borracha e material plástico, também apresentaram quedas expressivas. Entre as atividades com expansão na produção, destacou-se a de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, que registrou alta de 6,6%, impulsionada por produtos com maior ligação com a mobilidade.

### MATÉRIA VEÍCULADA NO SITE MIGALHAS:

#### “A Crise no Agronegócio em 2023”:

Link: <https://www.migalhas.com.br/depeso/405562/crise-no-agro-a-recuperacao-judicial-e-a-solucao>

O agronegócio brasileiro enfrenta uma crise sem precedentes, marcada por uma combinação devastadora de fatores econômicos e ambientais. Em 2024, a safra de soja e milho está projetada para ter o maior prejuízo em 25 anos, de acordo com Mauro Osaki, pesquisador do Cepea - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. Além disso, o aumento nos custos de produção e a queda nos preços das commodities apertaram ainda mais as margens de lucro, enquanto fenômenos climáticos como o El Niño intensificaram as adversidades. Dados do Serasa Experian de 2023 indicaram que mais de 1,5 milhões de produtores rurais estavam negativados, e acredita-se que mais de 2 milhões estejam em situação crítica, sem obter renda suficiente para pagarem todas as suas contas.

No setor específico da pecuária leiteira, a situação é igualmente grave. Conforme dados da Scot Consultoria e publicações da revista Agroanalysis da FGV, os produtores de leite viram seus prejuízos aumentarem de 11% em 2022 para 14% em 2023. Simultaneamente, a soja e o milho, pilares da produção agrícola, geraram um lucro marginal de apenas 1,45%. Esta combinação de



## PRJ – GRUPO TEDESCO

baixos rendimentos e alta volatilidade torna a situação financeira insustentável para muitos.

Exemplificando a gravidade da situação, Paulo Henrique de Souza Lino, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Pompéu, em Minas Gerais, descreve um cenário "caótico". A região, uma das maiores bacias leiteiras do estado, viu seu faturamento ser reduzido pela metade, forçando muitos produtores a venderem animais para abate simplesmente para cobrir custos operacionais e sustentar suas famílias.

### **MATÉRIA VEÍCULADA NO SITE FRETE BRAS**

#### **Principais Desafios do Agronegócio em 2023**

Link: <https://blog.fretebras.com.br/principais-desafios-do-agronegocio/>

O ano de 2022 não foi fácil para o agro. Tivemos interferência da inflação, alterações climáticas, conflitos mundiais e alta no preço de insumos. O conjunto de fatores direcionou para o **fechamento do ano não como a gente esperava (com queda de 4,1% no PIB)**, mas com uma expectativa de melhora para o próximo ano. Por isso, para chegar preparado na próxima safra, é importante mapear os desafios do agronegócio.

### **MATÉRIA VEÍCULADA NO SITE CNA BRASIL**

#### **Panorama do Agronegócio no Brasil**

Link: <https://www.cnabrasil.org.br/cna/panorama-do-agro>

Nos últimos 50 anos, a produção agropecuária brasileira se desenvolveu de tal forma que o Brasil será o grande fornecedor de alimentos do futuro.

Temos, hoje, uma agricultura adaptada às regiões tropicais e uma legião de produtores rurais conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente aliadas à produção de alimentos. Essas pessoas compõem o setor produtivo mais moderno do mundo, que vem transformando a economia brasileira.



## PRJ – GRUPO TEDESCO

Produzindo cada vez mais, o Agro brasileiro reduziu drasticamente o preço da alimentação, melhorando a saúde e qualidade de vida da população, liberando seu poder de compra para bens produzidos pela indústria e pelo setor de serviços.

Produzindo excedentes cada vez maiores, o agro expandiu suas vendas para o mundo, conquistou novos mercados, gerando superávits cambiais que fortalecem a economia brasileira.

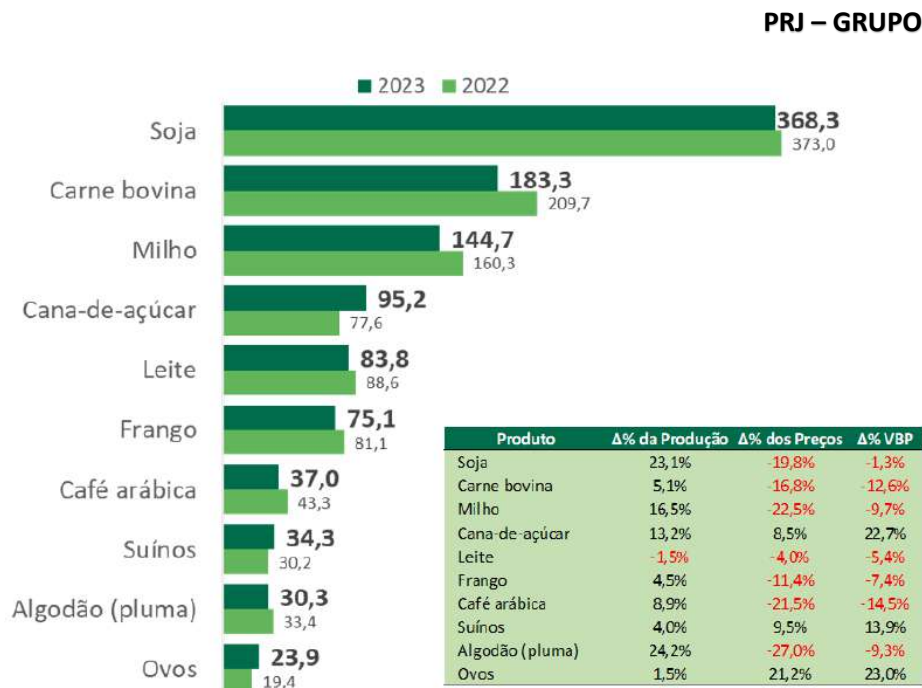
O efeito transformador da revolução agrícola das últimas cinco décadas é certamente o fato mais importante da história econômica recente do Brasil e continua abrindo perspectivas para o desenvolvimento futuro do país.

O agronegócio tem sido reconhecido como um vetor crucial do crescimento econômico brasileiro. Em 2022, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R\$ 2,54 trilhões ou 25% do PIB brasileiro. Dentre os segmentos, a maior parcela é do ramo agrícola, que corresponde a 72,2% desse valor (R\$ 1,836 trilhão), a pecuária corresponde a 27,8%, ou R\$ 705,36 bilhões. [\[1\]](#)

O Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária alcançou R\$ 1,252 trilhão em 2023, dos quais R\$ 851,96 bilhões na produção agrícola e R\$ 400,54 no segmento pecuário -, o que representa uma queda de 2,6% frente a 2022. [\[2\]](#)

Como revela a figura 1 a seguir, a soja em grão é o carro-chefe da produção agropecuária brasileira, com faturamento de R\$ 368,34 bilhões. O segundo lugar no ranking do VBP da agropecuária brasileira é ocupado pela pecuária de corte, com R\$ 183,31 bilhões, em 2023. O terceiro maior VBP é o do milho, com R\$ 144,74 bilhões, seguido da cana-de-açúcar (R\$ 95,18 bilhões) e da pecuária de leite (R\$ 83,84 bilhões). A carne de frango (R\$ 75,13 bilhões) aparece em sexto lugar, seguido do café arábica, R\$ 37,03 bilhões e da carne suína com R\$ 34,35 bilhões.

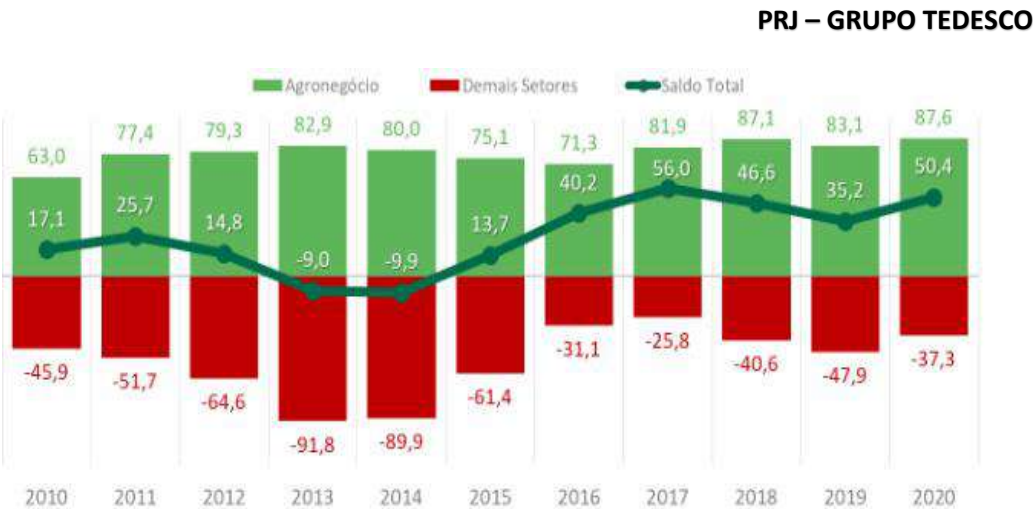
***Figura 1: Valor Bruto da Produção no Brasil em 2020 e 2021 (em R\$ bilhões)***



A soja se destaca como o principal componente da produção agropecuária brasileira, contribuindo com aproximadamente R\$1,00 a cada R\$3,55 do Valor Bruto de Produção (VBP) do setor. Em 2020, a pecuária de corte ocupou o segundo lugar no ranking do VBP, alcançando R\$192,6 bilhões, seguida pelo milho (R\$129,4 bilhões), pecuária de leite (R\$79,0 bilhões), e cana (R\$67,2 bilhões). O setor, que absorve cerca de um terço da força de trabalho brasileira, contava com 30,5 milhões de trabalhadores em 2015, sendo 42,7% envolvidos na agropecuária, 21,1% no comércio agropecuário, 21% nos agros serviços e 15,2% na agroindústria. Em 2020, o VBP agropecuário atingiu R\$1,10 trilhão, com R\$712,4 bilhões provenientes da produção agrícola e R\$391,3 bilhões do segmento pecuário. Projeções indicam um aumento para R\$1,20 trilhão em 2021, representando um crescimento de 8,6% em relação a 2020, com R\$792,0 bilhões provenientes da produção agrícola e R\$406,3 bilhões do segmento pecuário.

**Figura 2: Saldo da Balança Comercial Brasileira de 2010 a 2020**  
**(em US\$ bilhões)**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTUK RBJGL RDQTT XWG7D



O agronegócio brasileiro desempenhou um papel crucial no comércio internacional, representando 48% das exportações do país em 2020. Desde 2010, a balança comercial do agronegócio apresenta superávits consistentes, contrastando com os déficits de outros setores da economia brasileira. Essa contribuição significativa reflete-se na posição do Brasil como o maior exportador mundial de produtos como açúcar, café, suco de laranja, soja em grãos, carnes bovina e de frango, o terceiro maior em milho e o quarto em carne suína. Além disso, o Brasil lidera a produção global de soja em grãos, café, suco de laranja e açúcar, sendo o segundo em carnes bovina e terceiro em carne de frango, e ocupando a terceira posição na produção mundial de milho.

**Figura 3: Produção e Exportações Brasileiras no Ranking Mundial em 2020**



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTUK RBJGL RDQTT XWG7D

## PRJ – GRUPO TEDESCO

O Brasil é atualmente o quarto maior exportador mundial de produtos agropecuários, alcançando cerca de USD 100,7 bilhões em exportações, ficando atrás apenas da União Europeia, dos EUA e da China. Até outubro de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, as exportações do agronegócio registraram um aumento significativo, com um crescimento de 20,6% no volume e 5,9% nas receitas em dólar. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelo notável crescimento de 28% em volume e 26% em receita nas exportações para a China.

Fonte: IBGE / Elaboração CNA.

### MATÉRIA VEICULADA NO SITE DE CNN BRASIL

LINK: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/preco-das-commodities-agricolas-tem-boom-em-2022-aponta-ipea/#:~:text=Os%20custos%20das%20commodities%20agr%C3%ADcolas,e%20a%20guerra%20na%20Ucr%C3%A2nia>

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que, nos primeiros meses de 2022, o Brasil enfrenta recordes nos custos das commodities agrícolas, impulsionados por fatores econômicos, naturais, sanitários e bélicos. O milho, pressionado pela guerra no Leste Europeu, atingiu preços recordes, superando R\$ 100 por saca. O trigo, influenciado pelos conflitos europeus, também registra aumento, afetando o Brasil, um grande consumidor do trigo russo. A soja se aproxima dos R\$ 200 por saca devido à intensa seca no Sul do país, impactando globalmente. O café enfrentou aumento de 5,5%, e o algodão subiu quase 50% nos últimos 12 meses.

A taxa SELIC é utilizada de base no cálculo dos juros praticados pelo sistema bancário no Brasil, servindo de indexador e estabelecendo o “CUSTO do dinheiro praticado nas operações bancárias, seja de empréstimos, financiamentos, capital de giro etc.

Nos últimos anos o maior causador da elevação do endividamento das empresas foi e está sendo a disparada da taxa de juros praticada pelo mercado financeiro como um todo.





## PRJ – GRUPO TEDESCO

As empresas do GRUPO TEDESCO, as quais já vinham elevando o seu endividamento por questões de mercado e custos como já descritos acima, se obrigaram, para manterem suas atividades e por falta de fluxo de caixa, a renegociarem todo o seu endividamento bancário e aceitarem a imposição de uma elevada taxa de juros, uma vez que o juro oficial ao ano estabelecido pela taxa SELIC, ditada pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL, saiu da casa dos 2% em 2020, chegando aos estratosféricos 13,75% em 2022.

A causa desta elevação, foi ininterruptamente anunciada pela mídia, e teve a sua base justificada pela necessidade do controle da inflação. Porém o efeito nas empresas que já vinham com um endividamento controlado e chamado pelos economistas de “endividamento saudável”, fugiu totalmente das curvas de projeções utilizadas nos planejamentos financeiros. Afinal como prever que a SELIC sairia de 2 para 13,75%?

O fato é que as empresas do GRUPO TEDESCO, foram vítimas da elevação da taxa de juros e por este motivo, desestruturaram por completo o seu planejamento financeiro e comprometeram de forma determinante o seu fluxo de caixa.

*Segue as informações extraídas do site do BANCO CENTRAL DO BRASIL, com a demonstração da elevação das taxas de juros:*

## 2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GRUPO TEDESCO

Oferecer serviços, de forma ágil, inovadora e ética; proporcionando a satisfação de todos os envolvidos.

### 2.1 MISSÃO

Ser reconhecida como uma das principais empresas dos setores nos quais atua, destacando-se pela qualidade de seus produtos, bom atendimento e inovação.



**PRJ – GRUPO TEDESCO**

**2.2 VISÃO**

A Política de Qualidade do GRUPO TEDESCO, define diretrizes para promover a melhoria contínua necessária ao desenvolvimento dos seus negócios.

Para isso, o GRUPO TEDESCO se compromete com a busca permanente do aperfeiçoamento em todas as atividades, garantindo a qualidade dos serviços, processos e sistema de gestão, visando o aumento da produtividade e competitividade, com ética e transparência, de forma sustentável do negócio, proporcionando bem-estar e satisfazendo os anseios de todos os envolvidos.

**2.3 POLÍTICA DE QUALIDADE**

A Política de Qualidade do GRUPO TEDESCO, define diretrizes para promover a melhoria contínua necessária ao desenvolvimento dos seus negócios.

Para isso, o GRUPO TEDESCO se compromete com a busca permanente do aperfeiçoamento em todas as atividades, garantindo a qualidade dos produtos, serviços, processos e sistema de gestão, visando o aumento da produtividade e competitividade, com ética e transparência, de forma sustentável do negócio, proporcionando bem-estar e satisfazendo os anseios de todos os envolvidos.

**2.4 VALORES**

***RESPONSABILIDADE SOCIAL***

Acreditamos que toda empresa deve ser socialmente responsável, retribuindo de forma adequada aos anseios e necessidades da comunidade, de seus colaboradores e sócios.

**2.5 ÉTICA CORPORATIVA E PESSOAL**

Pactuamos que uma empresa somente consegue ser ética quando é composta por pessoas éticas que seguem os princípios do bem comum e da reciprocidade social.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTUK RBJGL RDQTT XWG7D

## PRJ – GRUPO TEDESCO

### 2.6 RELEVÂNCIA SOCIOECONÔMICAS

Dentro deste cenário, para ficar mais competitiva e após o pedido de Recuperação Judicial, o GRUPO TEDESCO, através de seus Gestores, iniciou um processo de reestruturação e reorganização interna envolvendo medidas administrativas e financeiras em busca do equilíbrio necessário para a continuidade das atividades.

Nesse cenário, efetuou análises e estudos envolvendo todos os setores da estrutura e dos profissionais existentes na empresa. Com o resultado realizaram diversos ajustes internos para promoção da retomada do crescimento e reestruturação organizacional durante o processo de Recuperação Judicial.

Atualmente, o GRUPO TEDESCO, conta com aproximados 55 colaboradores diretos e 20 indiretos, além de gerar, por força da sua atividade e pela comunidade em que estão inseridos, uma renda para inúmeras famílias que se beneficiam dos empregos indiretos.

Nos estudos realizados, a força de trabalho representada por seus funcionários se mostrou um valioso ativo que se soma aos seus outros ativos reais e outros intangíveis.

Todos como consequência positiva dos investimentos constantes que em toda sua história realizou em pessoal, infraestrutura de comercialização, tecnologia, organização interna, bem como na ampliação e consolidação de suas regiões de atuação.

De acordo com o organograma remodelado para o processo de recuperação, o GRUPO TEDESCO, consegue suprir a demanda atual e prepara-se para voltar a figurar como uma das principais empresas nos mercados em que atua.

Além de proporcionar o atendimento à demanda existente, sua estrutura organizacional suporta a retomada do crescimento projetado no mercado para os próximos anos, com o advento do fim da PANDEMIA.

Destaca-se ainda que o GRUPO TEDESCO, conta com pessoal técnico especializado e capacitado pelo grande tempo de mercado que possui e em resposta à alta exigência de seus clientes, inclusive no atendimento às determinações e normatizações de qualidade dos órgãos reguladores do setor.



**PRJ – GRUPO TEDESCO**

No aspecto social das atividades do GRUPO TEDESCO, possui grande relevância, uma vez que suas atividades geram inúmeros empregos indiretos e contribuem para o bem-estar social de toda a comunidade.



**PRJ – GRUPO TEDESCO**

### **3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O presente documento foi elaborado com o objetivo de atender os termos do Plano de Recuperação Judicial proposto pelo GRUPO TEDESCO, em Recuperação Judicial, em consonância com a Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresarial.

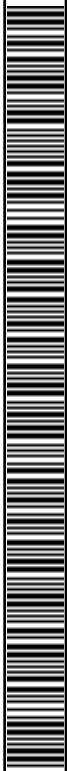
A administração central do GRUPO TEDESCO, está situada na Rua Raimundo Leonardi, 667 Bairro Cataratas Núcleo Produção Industrial II, no Município de Toledo - Estado do Paraná, CEP 85.818-635.

Na data de 20 de agosto de 2024, a empresa requereu o benefício legal da Recuperação Judicial, com base nos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/05<sup>1</sup>, tendo sido autuado na mesma data sob o processo nº **0033231-94.2024.8.16.0021**, em trâmite perante o Juiz da 4ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná. O deferimento do processamento da Recuperação Judicial ocorreu em 13 de dezembro de 2024, com decisão proferida pelo Exmo. Dr. Juiz de Direito Natan Kirchner Herbst, com a consequente publicação da decisão ocorrida no Diário da Justiça do Estado do Paraná.

Contratou-se a empresa PS – Serviços de Apoio Administrativo Eireli - ME. para realizar os estudos necessários à elaboração do presente Plano de Recuperação Judicial.

O Plano apresentado propõe a concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas e vincendas, sujeitas aos efeitos da presente Recuperação Judicial, posteriormente homologadas no Quadro Geral de Credores do processo, demonstrando-se a viabilidade econômico-financeira do GRUPO TEDESCO, bem como a compatibilidade e a aderência entre a proposta de pagamento apresentada aos Credores e a consequente geração dos recursos financeiros necessários no prazo proposto, consoante com os artigos 50, 53 e 54 da Lei nº 11.101 de 09 de Fevereiro de 2005.

O GRUPO TEDESCO, durante seus quase 50 (cinquenta) anos de atividade, demonstrou crescimento acentuado e consistente, buscando investimentos sólidos, objetivando, em toda a sua trajetória, condição favorável



## **PRJ – GRUPO TEDESCO**

de caixa a ponto de garantir as melhores negociações por força dos descontos obtidos junto aos inúmeros fornecedores e prestadores de serviços.

O estado de calamidade pública, em razão da pandemia ocasionada pela disseminação do coronavírus, foi reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020.

O avanço do coronavírus colocou regiões inteiras em quarentena e confinamento, com diversos países fechando as fronteiras e decidindo ampliar medidas restritivas para frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos, como é o caso do Brasil.

Além dos impactos nos mercados e no comércio global, com interrupção de produção industrial e cancelamentos de grandes eventos, a pandemia levou governos a determinarem o fechamento de lojas e serviços, a suspensão de aulas, em meio a uma convocação cada vez maior para que a população ficasse dentro de casa.

No Brasil, medidas de restrições de circulação de pessoas nas ruas e escolas entraram em vigor.

Além do exposto, os efeitos da pandemia, também geraram um desequilíbrio nos processos de abastecimentos de praticamente toda a cadeia produtiva mundial, situação agravada pela Guerra da Ucrânia, tendo como impacto direto a elevação do custo do óleo diesel, ferro, aço, cimento, commodities rurais e demais insumos necessários para o setor.





PRJ – GRUPO TEDESCO

3.1 INTEGRA DA DECISÃO DE DEFERIMENTO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

Recuperação judicial

Vistos.

Trata-se de PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL ajuizado por TÊLRI – TÉCNICA EM LINHAS E REDES RURAIS E INDUSTRIAIS LTDA., REDE ALTA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA., LUIZ TEDESCO, TEREZINHA GALANTE TEDESCO, FÁBIO LUIZ TEDESCO e FRANCIELE TEREZINHA TEDESCO, na qual alegam, em síntese, que: a) exercem suas atividades há mais de dois anos, atendendo os requisitos legais para recuperação judicial, conforme estabelecido pela Lei 11.101/2005; b) integram um mesmo grupo econômico, com operações conjuntas e interligação das atividades econômicas, que incluem construção de redes elétricas e atividades agropecuárias; c) possuem dependência mútua em razão de garantias cruzadas, controle societário comum, identidade parcial de quadro societário e atuação conjunta no mercado; d) requerem a consolidação substancial dos ativos e passivos com base no art. 69-J da Lei 11.101/2005, visando à reestruturação econômica unificada do grupo; e) apresentam fundamentos jurídicos para a formação do litisconsórcio ativo e consolidação substancial das operações, citando jurisprudência e doutrina pertinentes.

A parte autora apresentou documentos e pediu tutela antecipada de urgência, a fim de que fossem adiantados os efeitos do *stay period*, bem como obstada a construção de bens essenciais.

O pedido foi indeferido à seq. 20.1, com fundamento na ausência dos requisitos legais.

Os autores apresentaram emenda à inicial com documentos, à seq. 23, e pediram a reapreciação do pedido de tutela de urgência, o que foi novamente rechaçado pelo Juízo (mov. 25.1).

À parte, então, trouxe novos documentos (mov. 28) e reiterou os pedidos apresentados. Diante disso, foi determinada a realização da constatação prévia prevista no art. 51-A, da Lei n. 11.101/2005 (mov. 30), cujo laudo foi acostado à seq. 34.1.

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre - CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPROE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJBNW TLMSV SSSS7 64HQB



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPROE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTUK RBJGL RDQTT XWG7D



PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão

2



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

Os autores se manifestaram sobre o laudo no mov. 39 e reiteraram os pedidos de urgência apresentados, noticiando a constituição em mora por instituição financeira com iminência de consolidação da propriedade de bem alegadamente essencial à atividade.

Determinada a realização de perícia prévia (ev. 30).

Sobreveio decisão demonstrando insuficiência ao deferimento da recuperação judicial, qual seja: i. Ausência da demonstração de resultado acumulado do ano de 2023, referente à Rede Alta; ii. Ausência dos comprovantes de entrega tempestiva dos documentos contábeis dos produtores rurais, assim como recibos de entregas das declarações de Imposto de Renda; iii. Insuficiência da relação dos bens particulares dos sócios controladores e administradores, diante de divergências constatadas pela perícia prévia e iv. Insuficiência no relatório de ativo imobilizado descritivo das Devedoras.

As partes apresentaram novos documentos.

Em seguida houve manifestação da perita (ev. 53).

Autos conclusos.

É o relatório. Decido.

2. Em atenção à decisão proferida no evento 43, analisaram-se os documentos juntados até então pelas recuperandas, sendo identificadas pendências em relação à alguns requisitos previstos nos artigos 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005 (LREF).

Naquela oportunidade, foram considerados **suficientes** os seguintes pontos:

- Lapso Temporal
- Não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;
- III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial; IV - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo - Art. 48, I, II, e III.

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre - CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJJ8WV TLM5V SBSS7 84HQB



PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

- Não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei. Art. 48, IV.
- Consolidação processual – art. 69-G
- Exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira
- A relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial
- Relações de empregados
- Demonstrações financeiras dos últimos três exercícios sociais (2021, 2022 e 2023), abrangendo balanços patrimoniais, demonstrações de resultados do exercício e fluxos de caixa;
- Certidões de regularidade fiscal, registros no órgão de registro empresarial e atos constitutivos atualizados;
- Relação de credores, discriminando valores e classificação, nos termos dos artigos 83 e 84 da LREF;
- Certidões dos cartórios de protestos das comarcas pertinentes.
- Extratos atualizados das contas bancárias, aplicações financeiras, fundos de investimentos ou bolsas de valores
- Relação de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais
- Relatório detalhado do passivo fiscal e certidões.

Permaneceram pendências quanto aos seguintes aspectos:

- Demonstração do resultado acumulado do exercício de 2023 da Rede Alta Materiais Elétricos Ltda.;

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre – CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8WV TLM6V SBSS7 84H0B



PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

- Ausência de comprovantes de entrega tempestiva dos documentos contábeis dos produtores rurais e recibos das declarações de imposto de renda;
- Divergências na relação de bens particulares dos sócios controladores e administradores;
- Inadequação no relatório de ativo imobilizado das recuperandas, sem informações completas quanto aos bens garantidores de negócios jurídicos.

a) Demonstração de resultado acumulado de 2023:

O documento foi apresentado no evento 48.34, suprimindo a pendência identificada, com os dados necessários para análise financeira da Rede Alta Materiais Elétricos Ltda.

b) Entrega tempestiva de documentos contábeis e declarações de imposto de renda:

Os recibos das declarações de imposto de renda dos produtores rurais referentes aos anos-calendário 2020 a 2023 foram juntados (seq. 48.10 a 48.24), acompanhados de justificativa técnica para as retificações realizadas em 2024, que corrigiram omissões relacionadas à atividade rural. Além disso, os livros-caixa foram apresentados, embora não assinados, sendo que os produtores estão dispensados de elaborar o Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), conforme legislação aplicável.

c) Relação de bens particulares:

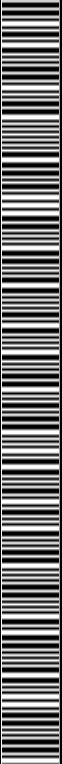
A relação foi atualizada para incluir bens anteriormente omitidos, com ajustes realizados quanto a maquinários agrícolas e esclarecimentos de divergências terminológicas entre o relatório inicial e os bens efetivamente declarados.

d) Relatório de ativo imobilizado:

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre - CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PU8WW TLM5V SSSS7 84HQB





PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão

5



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

Os relatórios apresentados no evento 48.37 e seguintes detalham os bens e garantias, atendendo ao disposto no art. 49, § 3º, da LREF, incluindo contratos vinculados a alienações fiduciárias.

Por todo o exposto, preenchidos os requisitos previstos nos arts. 48 e 51, da Lei n. 11.101/2005, **DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, o que faço com fulcro no art. 52, da mesma Lei.

Passo às providências pertinentes.

I. Da nomeação do administrador judicial

1. Nomeio para atuar como administrador judicial **Auxilia Consultores Ltda**, nos termos do art. 33 da Lei.

2. Proceda-se a intimação pessoal do perito nomeado, para que, no prazo de 48 horas, manifeste sua concordância, assinando o termo de compromisso nos autos (art. 33 da Lei nº 11.101/2005).

3. Em atenção à Recomendação n. 141, de 10 de julho de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, intime-se o administrador nomeado para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente orçamento detalhado do trabalho a ser desenvolvido, observados os parâmetros relacionados no art. 3º, I, da Recomendação.

Destaco que o pagamento será feito preferencialmente em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e poderá ser realizado diretamente pela devedora à administradora judicial, mediante comprovação nos autos, nos termos dos arts. 4º e 7º, da Recomendação CNJ 141/2023.

4. Apresentado o orçamento, realize-se publicação no Diário Oficial da Justiça para ciência e eventual manifestação das devedoras e credores, no prazo comum de 5 (cinco) dias (art. 3º, II, da Recomendação CNJ 141/2023).

5. Além disso, remetam-se os autos ao Ministério Público para pronunciamento acerca do orçamento, pelo mesmo prazo.

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre - CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001. Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8WW TLM5V SBSS7 84HQB



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJUTUK RBJGL RDQTT XWG7D





PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst: 16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

6

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPROE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PU8WV TLM5V 5SS7 6HQB

6. Com o orçamento e eventuais manifestações, venham os autos conclusos para arbitramento dos honorários (art. 3º, III, da Recomendação CNJ 141/2023).

II. Das demais providências atinentes ao processamento da recuperação judicial

1. Determino a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as autoras exerçam suas atividades, exceto a contratação com o poder público ou recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, observando o disposto no art. 69 da Lei.

2. Ordeno a **suspensão** pelo prazo de 180 dias, o curso da prescrição das obrigações das devedoras sujeitas ao regime desta Lei e o curso das ações e execuções ajuizadas contra os devedores, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial (art. 6º, I, e II, da Lei nº 11.101/2005), exceto as previstas nos art. 6º §§ 1, 2º, 7º-A, 7º-B e 49, §§ 3º e 4º da Lei 11.101/2005.

Saliento que a questão referente ao pedido de suspensão das ações e cumprimento das ordens de busca e apreensão será enfrentada a diante.

As ações propostas contra as devedoras deverão ser comunicadas a este Juízo pelo Juiz competente, quando do recebimento da petição inicial e pelas próprias devedoras, imediatamente após a citação.

3. Determino a **proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das devedoras**, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial (art. 6º, III, da Lei nº 11.101/2005), observado os §§7º A e B do art. 6º da referida Lei.

4. Determino aos autores a **apresentação das contas demonstrativas mensais**, enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores.

5. Intimem-se, por meio eletrônico, Ministério Público e das Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados, Distrito Federal e Municípios em que o devedor tiver

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre - CEP 85805-036

PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst: 16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

estabelecimento, a fim de que tomem conhecimento da recuperação judicial e informem eventuais créditos perante o devedor, para divulgação aos demais interessados (art. 52, V, da Lei nº 11.101/2005).

6. Oficie-se à Junta Comercial e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para que seja procedida a anotação de que foi deferido o processamento da Recuperação Judicial da empresa autora (sede e todas as filiais), nos termos do art. 69, parágrafo único da Lei n. 11.101/2005.

7. Cabe à requerente comunicar aos juízos onde tramitam ações contra a empresa sob recuperação judicial sobre o deferimento da medida.

8. Expeça-se o edital na forma do art. 52, §1º o qual deverá conter necessariamente as informações do inciso I, II e III.

9. Intimem-se os autores para, no prazo de 60 dias, apresentarem plano de recuperação judicial, observando-se o art. 53 e art. 69-L da Lei.

10. Assim que juntado aos autos referido plano de recuperação judicial deverá o Cartório, independente de conclusão, expedir edital contendo aviso aos credores sobre o recebimento do plano de recuperação, com prazo de até 30 (trinta) dias para a manifestação de eventuais objeções, conforme Lei n. 11.105/2005, art. 53, par. ún. e art. 55.

11. Terão os credores o prazo de 15 (quinze) dias para apresentarem ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados (art. 7º §1º), bem como, como já salientado acima, o prazo de 30 (trinta) dias para apresentarem objeção ao plano de recuperação judicial a ser apresentado pela pessoa empresária recuperanda.

12. Após 45 (quarenta e cinco) dias do fim do prazo supra, deve o administrador judicial com base nas informações, habilitações e documentos, expedir edital com relação dos credores e indicando local e horários e prazo comum em que as pessoas indicadas no art. 8º da lei n. 11.101/2005 terão acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração dessa relação (art. 7º § 2º). No prazo de 10 dias podem as pessoas mencionadas no art. 8º apresentar

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre - CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUBWW/TLM6V/SBSS7 84HQB

PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

impugnação contra a relação dos credores. As impugnações deverão ser autuadas em separado.

13. Cadastrem-se eventuais credores e peticionantes que vierem a se habilitar no feito regularmente (com procuração nos autos) como terceiros interessados e observem-se eventuais sucessões de partes e procuradores.

14. Vindo aos autos pedidos de reserva de crédito e penhora no rosto dos autos, independentemente de nova conclusão, observe-se o procedimento abaixo descrito.

14.1. Intimem-se a Administradora Judicial e os Recuperandos para ciência e manifestação, caso pertinente. **Prazo comum: 10 dias.**

14.2. Anotem-se as penhoras nos autos, que deverão ser observadas em caso de eventual liberação de bens ou valores. Comuniquem-se os Juízos solicitantes.

14.3. À Administradora Judicial para que mantenha controle das penhoras no rosto dos autos e reservas de crédito, a fim de auxiliar este Juízo em caso de eventual necessidade.

15. Caso sejam apresentadas habilitações de crédito e impugnações no bojo deste caderno processual, independentemente de nova conclusão, intime-se o peticionante para que apresente a pretensão em caráter incidental, conforme o regramento previsto na Lei n. 11.101/2005.

Intime-se a Administradora Judicial para ciência e, em seguida, promova-se o cancelamento da movimentação respectiva.

16. Além disso, o, havendo solicitações de informações a respeito dos autos e seu andamento por outros Juízos, à Serventia deverá instar o Administrador Judicial a prestá-las, independentemente de nova deliberação do Juízo (art. 22, I, b).

III. Da proteção aos bens essenciais

As requerentes pleiteiam o reconhecimento da essencialidade de determinados bens relacionados à sua atividade, com a proibição de sua constrição. Constam da relação

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre - CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPROE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P.8WW TLMSV SBSS7 64HQB

PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

inicial: o imóvel de matrícula 40.524 (Chácara 7, Loja TELRI), objeto do contrato nº 1.452.131, em favor do credor SICOOB; o imóvel de matrícula 36.927 (Chácara 72.A.3, Escritório Rede Alta), vinculado ao contrato nº 734.726.00004045-5, em favor da Caixa Econômica Federal; o veículo Mercedes Benz ATEGO 1726 CE, placa RHN6D47, objeto do contrato nº 86549213, em favor do Banco Itaucard; o veículo Mercedes Benz ATEGO 1726 CE, placa SDS8A20, objeto do contrato nº 13255255, também em favor do Banco Itaucard; o maquinário gerador fotovoltaico, descrito no contrato nº 1.350.724 (NF-e nº 000.000.008), em favor do credor SICOOB UNICOOB; e o veículo Toyota CCROSS XRE 20, placa SED1A98, objeto do contrato nº 2463164/22, em favor do Banco Toyota.

É bem verdade que os credores titulares da posição de proprietários fiduciários de bens não se submetem aos efeitos da recuperação judicial e preservam seus direitos de propriedade sobre a coisa (art. 49, § 3º da Lei n. 1101/05).

Consequentemente, a proibição de constrição de bens decorrente do deferimento do processamento da recuperação judicial a eles não se aplica, via de regra, nos termos do art. 6º, § 7º-A, da Lei n. 11.101/05.

Porém, a Lei põe a salvo uma categoria de bens que fica protegida inclusive em face dos credores extraconcursais, senão vejamos:

Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

- I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei;
  - II - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência;
  - III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.
- [...]

§ 7º-A. O disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica aos créditos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre - CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PU8WW TLM6V SBSS7 84HQB



PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão

10



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

para determinar a suspensão dos atos de construção que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º deste artigo, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do art. 69 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), observado o disposto no art. 805 do referido Código.

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

[...]

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretroatividade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. [...] (promovi o destaque)

O Superior Tribunal de Justiça foi chamado a se pronunciar sobre o tema e propôs a definição do que seria a categoria “bens de capital”, em precedente que cumpre colacionar:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO DE CRÉDITO/RECEBÍVEIS EM GARANTIA FIDUCIÁRIA A EMPRÉSTIMO TOMADO PELA EMPRESA DEVEDORA. RETENÇÃO DO CRÉDITO CEDIDO FIDUCIARIAMENTE PELO JUÍZO RECUPERACIONAL, POR REPUTAR QUE O ALUDIDO BEM É ESSENCIAL AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA, COMPREENDENDO-SE, REFLEXAMENTE, QUE SE TRATARIA DE BEM DE CAPITAL, NA DICAÇÃO DO § 3º, IN FINE, DO ART. 49 DA LEI N. 11.101/2005. IMPOSSIBILIDADE. DEFINIÇÃO, PELO STJ, DA ABRANGÊNCIA DO TERMO “BEM DE CAPITAL”. NECESSIDADE. TRAVA BANCÁRIA RESTABELECEIDA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. A Lei n. 11.101/2005, embora tenha excluído expressamente dos efeitos da recuperação judicial o crédito de titular da posição de proprietário fiduciário de bens imóveis ou móveis, acentuou que os “bens

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre - CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJJUK RBJGL RDQTT XWG7D





PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

de capital", objeto de garantia fiduciária, essenciais ao desenvolvimento da atividade empresarial, permaneceriam na posse da recuperanda durante o stay period. 1.1 A conceituação de "bem de capital", referido na parte final do § 3º do art. 49 da LRF, inclusive como pressuposto lógico ao subsequente juízo de essencialidade, há de ser objetiva. Para esse propósito, deve-se inferir, de modo objetivo, a abrangência do termo "bem de capital", conferindo-se-lhe interpretação sistemática que, a um só tempo, atenda aos ditames da lei de regência e não descaracterize ou esvazie a garantia fiduciária que recai sobre o "bem de capital", que se encontra provisoriamente na posse da recuperanda. 2. De seu teor infere-se que o bem, para se caracterizar como bem de capital, deve utilizado no processo produtivo da empresa, já que necessário ao exercício da atividade econômica exercida pelo empresário. Consta-se, ainda, que o bem, para tal categorização, há de se encontrar na posse da recuperanda, porquanto, como visto, utilizado em seu processo produtivo. Do contrário, aliás, afigurar-se-ia de todo impróprio e na lei não há dizeres inúteis falar em "retenção" ou "proibição de retirada". Por fim, ainda para efeito de identificação do "bem de capital" referido no preceito legal, não se pode atribuir tal qualidade a um bem, cuja utilização signifique o próprio esvaziamento da garantia fiduciária. Isso porque, ao final do stay period, o bem deverá ser restituído ao proprietário, o credor fiduciário. 3. A partir da própria natureza do direito creditício sobre o qual recai a garantia fiduciária - bem incorpóreo e fungível, por excelência -, não há como compreendê-lo como bem de capital, utilizado materialmente no processo produtivo da empresa. 4. Por meio da cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis ou de títulos de crédito (em que se transfere a propriedade resolúvel do direito creditício, representado, no último caso, pelo título - bem móvel incorpóreo e fungível, por natureza), o devedor fiduciante, a partir da contratação, cede "seus recebíveis" à instituição financeira (credor fiduciário), como garantia ao mútuo bancário, que, inclusive, poderá apoderar-se diretamente do crédito ou receber o correlato pagamento diretamente do terceiro (devedor do devedor fiduciante). Nesse contexto, como se constata, o crédito, cedido fiduciariamente, nem sequer se encontra na posse da recuperanda, afigurando-se de todo imprópria a intervenção judicial para esse propósito (liberação da trava bancária). 5. A exigência legal de restituição do bem ao credor fiduciário, ao final do stay period, encontrar-se-ia absolutamente frustrada, caso se pudesse conceber o crédito, cedido fiduciariamente, como sendo "bem de capital". Isso porque a utilização do crédito garantido fiduciariamente, independentemente da finalidade (angariar fundos, pagamento de despesas, pagamento de credores submetidos ou não à recuperação judicial, etc), além de desvirtuar a própria finalidade dos "bens de capital", fulmina por completo a própria garantia fiduciária, cancelando, em última análise, a burla ao comando legal que, de modo expresse, exclui o credor, titular da propriedade fiduciária, dos efeitos da recuperação

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre - CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: FJ8WV TLM5V SBSS7 64HQB

PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão

12



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

judicial. 6. Para efeito de aplicação do § 3º do art. 49, "bem de capital", ali referido, há de ser compreendido como o bem, utilizado no processo produtivo da empresa recuperanda, cujas características essenciais são: bem corpóreo (móvel ou imóvel), que se encontra na posse direta do devedor, e, sobretudo, que não seja perecível nem consumível, de modo que possa ser entregue ao titular da propriedade fiduciária, caso persista a inadimplência, ao final do stay period. 6.1 A partir de tal conceituação, pode-se concluir, in casu, não se estar diante de bem de capital, circunstância que, por expressa disposição legal, não autoriza o Juízo da recuperação judicial obstar que o credor fiduciário satisfaça seu crédito diretamente com os devedores da recuperanda, no caso, por meio da denominada trava bancária. 7. Recurso especial provido. (REsp n. 1.758.746/GO, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 25/9/2018, DJe de 1/10/2018.) (promovi o destaque)

Portanto, a exceção prevista no art. 49, § 3º, parte final, da Lei n. 11.101/05 aplica-se aos bens: corpóreos, móveis ou imóveis, não perecíveis ou consumíveis, e empregados no processo produtivo da empresa.

Ainda que não se desconheça de respeitável posicionamento em sentido contrário, comungo do entendimento de que a prova da essencialidade do bem compete ao devedor, como preleciona o Enunciado 99, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal na III Jornada de Direito Comercial:

ENUNCIADO 99 – Para fins de aplicação da parte final do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, é do devedor o ônus da prova da essencialidade do bem.  
Justificativa: Conforme ensina Ivo Waisberg, a essencialidade é conceito jurídico indeterminado, preenchido caso a caso pelo aplicador da norma (Proteção dos ativos essenciais da recuperanda. In: Aspectos polêmicos e atuais da Lei de Recuperação de Empresas, 2016, p. 442 - 443). Por isso, é razoável concluir que o juiz da recuperação judicial depende de suporte fático para reconhecer que determinado bem é essencial às atividades da recuperanda e, portanto, não pode ser vendido ou retirado do estabelecimento durante o stay period, ainda que seja objeto de alienação fiduciária ou arrendamento mercantil. É evidente que a norma do art. 49, § 3º, da Lei 11.101/05, não pretendeu que todo e qualquer ativo seja considerado essencial, mas somente aquele imprescindível à manutenção das atividades até que a crise econômico-financeira seja estabilizada, sob pena de esvaziamento da eficácia da norma em apreço. Assim, para dar

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre – CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P8WW TLMSV SBSS7 84HQB

PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão

13



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

concretude à "solução de equilíbrio" referida no Parecer 534/2004, de autoria do Senador Ramez Tebet, é fundamental que se comprove a essencialidade do bem e ninguém melhor do que o devedor para tanto, já que ele possui todos os elementos e informações acerca da importância do bem para a continuidade dos seus negócios. Por fim, a doutrina estipula alguns critérios para nortear o enquadramento de determinado bem como essencial, a saber: deve ser efetivamente operacional e gerador de fluxo de caixa positivo. Para isto, o magistrado deve ter o apoio do administrador judicial e podem ser produzidos laudos técnicos e outros estudos que comprovem a essencialidade do ativo (cf. Ivo Waisberg, cit., p. 444). (destaquei)

Manoel Justino Bezerra Filho, embora se filie à corrente oposta, apresenta o posicionamento pela parcela doutrinária que o defende:

Daniel Carnio Costa ("Comentários", 2021, pg. 71), entende que cabe ao devedor demonstrar que se trata de bem essencial, em bem fundamentado comentário do qual, porém, se discorda. Marcelo Barbosa Sacramone ("Comentários à LREF", 2ª ed., pg. 105) entende que a "interpretação sobre bens de capital deve ser estrita. O ativo deverá garantir os respectivos credores. Nesse sentido, além de a suspensão somente poder ocorrer se o bem compuser o ativo não circulante, o bem de capital essencial também deverá ser não consumível. (BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de Recuperação de Empresas e Falência: Lei 11.101/2005: Comentada artigo por artigo - 16. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 105).

Na mesma linha colhe-se precedente jurisprudencial:

Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão recorrida que consignou que "ficam os credores extraconcursais proibidos de promoverem atos processuais ou extraprocessuais voltados a retirada ou venda de bens essenciais à atividade da recuperanda" e declarou "essencial, para o processamento desta recuperação judicial e para a continuidade da exploração da atividade econômica pela recuperanda, os maquinários que se encontram na unidade da fábrica" – Insurgência do credor, Banco Santander (Brasil) S/A, quanto ao reconhecimento genérico da essencialidade de todos "os maquinários que se encontram na unidade da fábrica" – Acolhimento – Embora a proteção do ativo essencial da recuperanda relativize, excepcionalmente, o direito da execução individual por parte dos credores extraconcursais, é necessária a modulação da regra

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre – CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPROE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P8WVW TLM5V SB5S7 64HQB



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPROE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P8WVW TLM5V SB5S7 64HQB

PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

para equilibrar os interesses envolvidos, sendo que a flexibilização do direito do exequente deve ser pautada pela razoabilidade e proporcionalidade, mitigando seus riscos e se ajustando à realidade e às condições da empresa em recuperação, sem excluir o direito do credor - Reconhecimento da essencialidade de todos "os maquinários que se encontram na unidade da fábrica" da recuperanda que é precipitada, pois o **exame de essencialidade do bem deve ser feito casuisticamente e de modo individualizado, sendo ônus da recuperanda demonstrar, de modo específico e justificado, em que medida os bens são essenciais à continuidade das suas atividades empresariais** - Precedente desta Câmara Especializada - Decisão reformada - Recurso provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2064568-54.2024.8.26.0000; Relator (a): Maurício Pessoa; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Especializado das 2ª, 5ª e 8ª RAJs - Vara Reg Competência Empresarial E De Conflitos Relacionados À Arbitragem; Data do Julgamento: 19/06/2024; Data de Registro: 19/06/2024) (promovi o destaque)

Pois bem.

Primeiramente, entendo que está evidenciado o perigo da demora a caracterizar o interesse de agir das requerentes quanto ao pedido, tendo em vista a inadimplência e a possibilidade de busca e apreensão.

Em segundo plano, tenho que foi demonstrada a essencialidade a justificar a proteção buscada quanto a parte dos bens arrolados. Confira-se a relação apresentada pelos autores:

PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - GRUPO TEDESCO									
PLANO	ANO	DATA	REVISÃO	REVISÃO	REVISÃO	REVISÃO	REVISÃO	REVISÃO	REVISÃO
PLANO	2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024
PLANO	2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024
PLANO	2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024	01/01/2024
RELAÇÃO DE BENS ARROLADOS - GRUPO TEDESCO									
IDENTIFICADOR	RELAÇÃO	RELAÇÃO	RELAÇÃO	RELAÇÃO	RELAÇÃO	RELAÇÃO	RELAÇÃO	RELAÇÃO	RELAÇÃO
001	001	001	001	001	001	001	001	001	001
002	002	002	002	002	002	002	002	002	002
003	003	003	003	003	003	003	003	003	003
004	004	004	004	004	004	004	004	004	004
005	005	005	005	005	005	005	005	005	005
006	006	006	006	006	006	006	006	006	006
007	007	007	007	007	007	007	007	007	007
008	008	008	008	008	008	008	008	008	008
009	009	009	009	009	009	009	009	009	009
010	010	010	010	010	010	010	010	010	010
011	011	011	011	011	011	011	011	011	011
012	012	012	012	012	012	012	012	012	012
013	013	013	013	013	013	013	013	013	013
014	014	014	014	014	014	014	014	014	014
015	015	015	015	015	015	015	015	015	015
016	016	016	016	016	016	016	016	016	016
017	017	017	017	017	017	017	017	017	017
018	018	018	018	018	018	018	018	018	018
019	019	019	019	019	019	019	019	019	019
020	020	020	020	020	020	020	020	020	020
021	021	021	021	021	021	021	021	021	021
022	022	022	022	022	022	022	022	022	022
023	023	023	023	023	023	023	023	023	023
024	024	024	024	024	024	024	024	024	024
025	025	025	025	025	025	025	025	025	025
026	026	026	026	026	026	026	026	026	026
027	027	027	027	027	027	027	027	027	027
028	028	028	028	028	028	028	028	028	028
029	029	029	029	029	029	029	029	029	029
030	030	030	030	030	030	030	030	030	030
031	031	031	031	031	031	031	031	031	031
032	032	032	032	032	032	032	032	032	032
033	033	033	033	033	033	033	033	033	033
034	034	034	034	034	034	034	034	034	034
035	035	035	035	035	035	035	035	035	035
036	036	036	036	036	036	036	036	036	036
037	037	037	037	037	037	037	037	037	037
038	038	038	038	038	038	038	038	038	038
039	039	039	039	039	039	039	039	039	039
040	040	040	040	040	040	040	040	040	040
041	041	041	041	041	041	041	041	041	041
042	042	042	042	042	042	042	042	042	042
043	043	043	043	043	043	043	043	043	043
044	044	044	044	044	044	044	044	044	044
045	045	045	045	045	045	045	045	045	045
046	046	046	046	046	046	046	046	046	046
047	047	047	047	047	047	047	047	047	047
048	048	048	048	048	048	048	048	048	048
049	049	049	049	049	049	049	049	049	049
050	050	050	050	050	050	050	050	050	050
051	051	051	051	051	051	051	051	051	051
052	052	052	052	052	052	052	052	052	052
053	053	053	053	053	053	053	053	053	053
054	054	054	054	054	054	054	054	054	054
055	055	055	055	055	055	055	055	055	055
056	056	056	056	056	056	056	056	056	056
057	057	057	057	057	057	057	057	057	057
058	058	058	058	058	058	058	058	058	058
059	059	059	059	059	059	059	059	059	059
060	060	060	060	060	060	060	060	060	060
061	061	061	061	061	061	061	061	061	061
062	062	062	062	062	062	062	062	062	062
063	063	063	063	063	063	063	063	063	063
064	064	064	064	064	064	064	064	064	064
065	065	065	065	065	065	065	065	065	065
066	066	066	066	066	066	066	066	066	066
067	067	067	067	067	067	067	067	067	067
068	068	068	068	068	068	068	068	068	068
069	069	069	069	069	069	069	069	069	069
070	070	070	070	070	070	070	070	070	070
071	071	071	071	071	071	071	071	071	071
072	072	072	072	072	072	072	072	072	072
073	073	073	073	073	073	073	073	073	073
074	074	074	074	074	074	074	074	074	074
075	075	075	075	075	075	075	075	075	075
076	076	076	076	076	076	076	076	076	076
077	077	077	077	077	077	077	077	077	077
078	078	078	078	078	078	078	078	078	078
079	079	079	079	079	079	079	079	079	079
080	080	080	080	080	080	080	080	080	080
081	081	081	081	081	081	081	081	081	081
082	082	082	082	082	082	082	082	082	082
083	083	083	083	083	083	083	083	083	083
084	084	084	084	084	084	084	084	084	084
085	085	085	085	085	085	085	085	085	085
086	086	086	086	086	086	086	086	086	086
087	087	087	087	087	087	087	087	087	087
088	088	088	088	088	088	088	088	088	088
089	089	089	089	089	089	089	089	089	089
090	090	090	090	090	090	090	090	090	090
091	091	091	091	091	091	091	091	091	091
092	092	092	092	092	092	092	092	092	092
093	093	093	093	093	093	093	093	093	093
094	094	094	094	094	094	094	094	094	094
095	095	095	095	095	095	095	095	095	095
096	096	096	096	096	096	096	096	096	096
097	097	097	097	097	097	097	097	097	097
098	098	098	098	098	098	098	098	098	098
099	099	099	099	099	099	099	099	099	099
100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre - CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJJ8WV/TLM5V/SBSS7 64HQ8

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJJ8WV/TLM5V/SBSS7 64HQ8



PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão

15



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

BENS DEBEMOS A FAVOR DA EMPRESA - MOVES/TELRI									
IMÓVEL	RECEITA	CARTÃO	CELE	UF	MOVEL	EMPENHAMENTO	TIPO	CONTATO	QUANTIDADE
401		1º BEM DE BEM DE BEM	TOLEDO	PR	CHACARA	CHACARA 1726 CE	ALUGUEIRO/ALUGUEIRO	100 m²	TELRI

- Chacara n.º 72.A.3, com área de 10.520,08 m², matrícula 36.927 do 1º Registro de Imóveis de Toledo/PR, na qual está sediada a Rede Alta;
- Chacara n.º 72.F, com área de 3.335,50 m², matrícula 40.524 1º Registro de Imóveis de Toledo/PR, na qual está sediada o comércio varejista de materiais elétricos da Telri;
- Veículo Mercedes Benz, ATIGO 1726 CE – Placa RPN6047, de propriedade da Rede Alta;
- Veículo Mercedes Benz, ATIGO 1726 CE – Placa S056A26, de propriedade da Rede Alta;
- Veículo Toyota COROLLA XRE 20 – Placa SED1A86, de propriedade da Rede Alta;
- Gerador fotovoltaico superior a 750w e inferior a 750w, localizado na sede da de propriedade da Rede Alta.

Dito isso, após exame do laudo de constatação prévia elaborado pela perita judicial, bem como da documentação apresentada pelas recuperandas, verifico que foram demonstradas as condições de essencialidade dos seguintes bens:

1. O imóvel de matrícula nº 36.927, localizado em Toledo/PR, utilizado como sede administrativa da Rede Alta, abriga o escritório central, o depósito de materiais indispensáveis à execução de suas atividades, além do pátio para a frota de veículos. Trata-se de bem cuja posse é essencial para a continuidade das operações logísticas, especialmente para o armazenamento de materiais volumosos, como postes de eletricidade.
2. O imóvel de matrícula nº 40.524, localizado em Toledo/PR, utilizado como base operacional e sede comercial da Loja TELRI. Este imóvel abriga o estoque de materiais elétricos e constitui o centro das operações comerciais da empresa, sendo indispensável para o atendimento aos clientes e para a continuidade das atividades comerciais.
3. A frota de veículos da Rede Alta, composta por caminhões e veículos de apoio, essencial para o cumprimento dos contratos firmados com a Copel, que representam aproximadamente 65% do faturamento da empresa. A perícia confirmou que os caminhões são indispensáveis para o transporte de postes e materiais volumosos,

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre – CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001. Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJJWW TLM5V SBSS7 84HQB



PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão

16



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

enquanto os veículos de apoio garantem o deslocamento das equipes técnicas e a supervisão dos trabalhos.

4. O maquinário gerador fotovoltaico, instalado nos imóveis utilizados pela Rede Alta, é essencial para a redução dos custos operacionais, sendo diretamente responsável pela geração de energia renovável que diminui as despesas com eletricidade.

Fica evidente, portanto, ao menos em sede de cognição inicial, que parte dos bens descritos na relação apresentada se revelam essenciais à atividade empregada pelas autoras, em especial diante do impacto da atividade executada por meio deles no faturamento.

Logo, o acolhimento parcial do pedido é medida adequada à hipótese, como também decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo em caso análogo:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Decisão judicial que acolheu os embargos declaratórios opostos para sanar a omissão, reconhecendo a essencialidade dos e determinou a expedição de ofício ao banco recorrente para que se abstenha de praticar atos de expropriação dos referidos caminhões, e de retirá-los da posse da recorrida - Alegação de que a recorrida não demonstrou que os bens são imprescindíveis à sua manutenção, e que a recorrida deixou de honrar com as condições contratuais, fato este que lhe autoriza a exercer o seu direito de real proprietário, ao menos quando encerrado o stay period - Descabimento - Liame entre a atividade exercida (transportadora) e os bens objetos dos créditos fiduciários ostentados pelo banco recorrente (caminhões) - Essencialidade demonstrada - Ademais, decorrido o prazo final do stay period, despicinda se torna a análise da essencialidade, e possível a retomada do bem pelo credor fiduciário, pelas vias legais - Decisão mantida - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso, com observação. (TJSP; Agravo de Instrumento 2231525-79.2023.8.26.0000; Relator (a): Ricardo Negrão; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Especializado 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ - 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem; Data do Julgamento: 27/11/2023; Data de Registro: 27/11/2023)

Quanto ao veículo Toyota CCROSS XRE 20, placa SED1A98, mencionado na petição inicial, entendo que as recuperandas não lograram demonstrar a essencialidade do

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre - CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8WW TLM5V SSSS7 64H08

PRJ – GRUPO TEDESCO

PROJUDI - Processo: 0033231-94.2024.8.16.0021 - Ref. mov. 56.1 - Assinado digitalmente por Nathan Kirchner Herbst:16701  
13/12/2024: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão

17



COMARCA DE CASCAVEL  
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

bem para suas atividades produtivas, não havendo elementos suficientes que evidenciem seu papel indispensável à continuidade da atividade empresarial.

Dessa forma, reconheço a essencialidade dos bens acima especificados e determino a manutenção de sua posse pelas recuperandas, vedando qualquer ato de construção ou retirada durante o período de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005. Quanto ao veículo Toyota CCROSS XRE 20, placa SED1A98, o pedido é indeferido por ausência de comprovação de sua essencialidade.

Observe o cartório as diretrizes contidas nos arts. 448 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial.

Intimações e diligências necessárias.

Cascavel(PR), datado e assinado digitalmente.<sup>[5]</sup>

Juiz de Direito  
Nathan Kirchner Herbst

FÓRUM DE CASCAVEL  
Telefone: (45) 3392-5000

Avenida Tancredo Neves, 2320  
Alto Alegre - CEP 85805-036

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8WW TLM5V SBSS7 64HQB



PRJ – GRUPO TEDESCO

4 ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO

4.1 QUADRO DE CREDITORES

Para a projeção dos pagamentos, levamos em conta a Lista de Creditores apresentada pela *RECUPERANDA*<sup>2</sup>, com posterior publicação no Diário da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme quadro a seguir:

GRUPO TEDESCO	
CLASSE I	23.389,00
CLASSE II	6.864.969,12
CLASSE III	5.751.647,96
CLASSE IV	74.891,09
TOTAL	12.714.897,17

Valores em Reais (R\$)

4.2 MEIOS DE RECUPERAÇÃO DA EMPRESA

PLANO DE REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL

Em conjunto com o pedido de recuperação judicial, o GRUPO TEDESCO, desenvolveu um plano de reestruturação financeiro-operacional baseado nas premissas elencadas nos meios de recuperação<sup>3</sup> previstos e na lucratividade necessária para permitir a liquidação de seus débitos e a manutenção de sua viabilidade no médio e longo prazo, que depende não só da solução da atual situação de endividamento, mas também e, fundamentalmente, da melhoria de sua capacidade de geração de caixa.

<sup>2</sup> Art. 52 Parágrafo 1º, inciso II, da Lei 11.101 de 09 de fevereiro de 2005.

<sup>3</sup> Art. 50 da Lei 11.101 de 09 de fevereiro de 2005.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTUK RBJGL RDQTT XWG7D

## PRJ – GRUPO TEDESCO

As medidas identificadas no Plano de Reestruturação Financeiro-Operacional estão incorporadas a um planejamento para o período de 15 (quinze) anos e estão fundamentadas nas seguintes decisões estratégicas:

### 4.2.1 ÁREA COMERCIAL

- Maximização e reestruturação da área comercial como um todo;
- Implantação de uma nova política comercial em relação às margens praticadas e a rentabilidade obtida;
- Corrigir falhas que gerem insatisfações aos clientes atendidos e que possam tornar a estrutura funcional mais eficiente e satisfatória;

### 4.2.2 ÁREA ADMINISTRATIVA

- Aplicação de um programa de readequação ou/e redução do quadro funcional e de custos de mão de obra direta através da multifuncionalidade de pessoal e diminuição da realização de horas extras;
- Redução de despesas através de uma melhor racionalidade no uso dos materiais de consumo e demais itens necessários para a execução das tarefas rotineiras e pertinentes ao setor;
- Efetivar um maior planejamento das atitudes administrativas, visando à minimização de custos e um melhor aproveitamento do tempo e dos recursos;
- Redução do “*TURN OVER*” dos funcionários através de maiores incentivos a capacitação profissional e a busca constante da melhoria no ambiente de trabalho da organização;
- Tomada das decisões de forma estratégica para alcançar as metas e assegurar a aderência das ações propostas no presente plano de recuperação;
- Utilização da *MATRIZ SWOT* (S = Forças, W = Fraquezas, O = Oportunidades e T = Ameaças) na avaliação cotidiana e na tomada de decisões;
- Aplicação de um Organograma mais eficiente e de menor custo operacional objetivando uma melhor sinergia na união de setores.



## PRJ – GRUPO TEDESCO

### 4.2.3 ÁREA FINANCEIRA

- Implantação de conceito de ORÇAMENTO, com revisões mensais entre o que foi orçado como previsto e o que de fato foi realizado;
- Redução dos custos financeiros através da busca de linhas de créditos de menor custo e mais adequadas para atender as necessidades da empresa.
- Como forma de um melhor planejamento financeiro, será implantado um fluxo de caixa projetado;
- Implantação de uma sistemática dentro do plano de contas contábil e sistema de custeio e rateio por centro de custos de cada departamento/setor.

### 4.2.4 OUTROS MEIOS DE RECUPERAÇÃO DA EMPRESA

Em rigorosa conformidade com a legislação pertinente a cada situação em específico, o GRUPO TEDESCO, através de seus sócios, poderá utilizar-se dos referidos meios adicionais dos quais dentre outros poderão ainda ocorrer durante o período de recuperação:

- Alteração parcial ou total do controle societário;
- Cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de quotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;
- Aumento de capital social, trespasse ou arrendamento de estabelecimento, total ou parcial, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados ou para terceiros;
- Dação em pagamento ou novação de dívida do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiros;
- Venda parcial de bens (mediante autorização judicial);
- Equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial, sem prejuízo do disposto em legislação específica;
- Emissão de valores mobiliários;





## PRJ – GRUPO TEDESCO

○ Constituição e Alienação Judicial de UPI – UNIDADE PRODUTIVA ISOLADA;

### 4.2.5 LEILÃO REVERSO

Havendo eventos de liquidez não previstos nas projeções econômicas e financeiras que resultem em recursos adicionais, a *RECUPERANDA* poderá dentro da sua disponibilidade de caixa e uma vez que seja suprida as exigências legais e financeiras oriundas da aprovação deste Plano de Recuperação, promover a realização de Leilões Reversos para pagamento integral e antecipado do saldo remanescente dos credores, situação na qual o parâmetro único para escolha dos credores que terão o saldo quitado, é o percentual de remissão oferecido pelo credor na ocasião da realização do Leilão Reverso, e dentro do valor total disponibilizado para a realização do referido leilão.

Respeitando-se desta forma o que diz a Lei 11.101/2005 sobre o tratamento igualitário e o princípio da isonomia no que se refere aos pagamentos realizados aos Credores.

Para a perfeita execução do Leilão Reverso, todos os credores deverão ser avisados por meio que possibilite a tomada de conhecimento da sua realização, e o não registro e envio de proposta ou mesmo ausência na ocasião de sua realização, será considerado como ato de desinteresse por parte do credor em participar do Leilão Reverso e a sua preferência no recebimento do seu crédito dentro dos critérios e condições apresentadas neste Plano de Recuperação.

### 4.3 CENÁRIO ECONÔMICO

Para os próximos anos, o cenário econômico do nosso país, em uma visão mais otimista, indica uma melhora nos índices econômicos e a recuperação da economia como um todo no chamado “MUNDO PÓS PANDEMIA”, a retomada do crescimento através da geração de empregos e com isto a restituição do poder de compra por parte da população em geral.

A já profetizada volta da inflação e uma recessão ao consumo podem dentro de um cenário mais pessimista de fato frustrar os resultados dos próximos anos. Porém, o planejamento para que o GRUPO TEDESCO consiga uma



## PRJ – GRUPO TEDESCO

*performance* dentro do esperado é bastante necessário e está em processo constante de implementação.

## 5 ETAPA QUANTITATIVA

### 5.1 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - PROJEÇÕES

As projeções financeiras foram desenvolvidas assumindo-se o crescimento contínuo do mercado. Os efeitos das medidas de melhoria, incluídos nos resultados operacional e financeiro, foram calculados com base em estimativas realizadas utilizando dos números obtidos nos anos de 2021, 2022, 2023 e parte de 2024.

Para elaborar o Plano de Recuperação e estimar os resultados operacionais para o período de recuperação, foram utilizadas diversas informações. Baseado na análise destas informações identificou-se diversas medidas para melhorar o desempenho operacional. A identificação e quantificação destas medidas foram realizadas visando à viabilidade futura do GRUPO TEDESCO.

#### 5.1.1 PROJEÇÃO DE RESULTADOS

##### **PREMISSAS**

Para a projeção do volume de receita bruta nos 15 anos contemplados no plano, foram consideradas as seguintes premissas:

- O volume projetado das receitas está totalmente de acordo com a capacidade operacional da empresa;
- Para formar a base da projeção de receitas foi considerada a média real realizada em 2021, 2022, 2023 e parte de 2024, além do planejamento comercial da empresa que vem sendo executado desde o pedido de recuperação judicial;
- A estratégia adotada foi realista, prevendo-se que a cada ano ocorra um crescimento moderado no faturamento da empresa.



PRJ – GRUPO TEDESCO

5.1.2 PROJEÇÃO DE RECEITA BRUTA

GRUPO TEDESCO		% Previsto Crescimento Sobre Ano Anterior
PROJEÇÃO 15 Anos - RECEITAS BRUTAS ANUAIS		
ANO 1	17.096.257,31	
ANO 2	17.267.219,88	1%
ANO 3	17.612.564,28	2%
ANO 4	17.964.815,57	2%
ANO 5	18.144.463,72	1%
ANO 6	18.507.353,00	2%
ANO 7	18.692.426,53	1%
ANO 8	19.066.275,06	2%
ANO 9	19.256.937,81	1%
ANO 10	19.449.507,19	1%
ANO 11	19.838.497,33	2%
ANO 12	20.036.882,30	1%
ANO 13	20.237.251,13	1%
ANO 14	20.439.623,64	1%
ANO 15	20.644.019,87	1%
Valores em Reais (R\$)	284.254.094,60	

Valores em Reais (R\$)

5.1.3 ANÁLISE

Para o primeiro ano de faturamento foi realizada uma projeção tomando-se por base as médias informadas nas premissas e considerando-se a manutenção dos volumes atuais de comercialização.

Adotando-se uma postura conservadora, a partir do segundo ano aplicou-se uma taxa de crescimento variável em torno de 2% ao ano, a qual fica abaixo das médias nacionais obtidas por empresas similares dos mesmos segmentos.

Para que o GRUPO TEDESCO possa efetivar a realização desta projeção de faturamento, torna-se pré-requisito uma estabilidade da economia Brasileira e o fiel cumprimento do seu planejamento comercial, administrativo e financeiro.

Projeta-se que o faturamento total a ser obtido até o ano 15, atingirá, se observado os pré-requisitos, um patamar aproximado de R\$ 250 milhões.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTUK RBJGL RDQTT XWG7D

## PRJ – GRUPO TEDESCO

### 5.1.4 PROJEÇÃO DE RECEITAS

#### PREMISSAS

Para que possamos realizar as projeções dos resultados econômicos e financeiros, foram adotadas as seguintes premissas:

- Os custos dos insumos, principalmente das peças metálicas, ferro e aço, mão de obra e demais itens de grande impacto na composição dos custos, foram projetados com base nos atuais custos de compra, líquidos de todos os impostos creditáveis. Este grupo de custos varia diretamente proporcional ao faturamento projetado;
- As Despesas Fixas projetadas terão um pequeno aumento no decorrer dos períodos, pois mesmo sendo fixas por característica, na realidade, demandará alguns aumentos para comportar o novo nível de atividade, porém, tais custos já consideram as reduções ocorridas a partir das medidas adotadas e previstas no Plano de Recuperação;
- Foi utilizado o Sistema Tributário Nacional no Regime de Lucro Real, sendo consideradas assim, as respectivas alíquotas de cada imposto incidente para as projeções de resultados.
- Não estão previstas neste Plano de Recuperação Judicial, os efeitos que eventuais alterações na legislação tributária estadual e federal;
- Os valores de Depreciação inclusos nas projeções serão parcialmente reinvestidos como forma de manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos, com as diferenças sendo utilizadas para recomposição do capital de giro próprio da empresa a cada ano;
- A sobra de caixa projetada em cada ano será destinada para o pagamento do passivo não sujeito aos efeitos da presente Recuperação Judicial como o Passivo Tributário, para recomposição do capital de giro e para os investimentos necessários para o atendimento da demanda projetada;
- A projeção não contempla efeitos inflacionários, pelos mesmos motivos explanados na projeção da receita. A premissa adotada é que todo efeito inflacionário será repassado ao preço de venda projetado quando ocorrer,



## PRJ – GRUPO TEDESCO

mantendo a rentabilidade projetada, bem como, a geração de caixa e a capacidade de pagamento resultante;

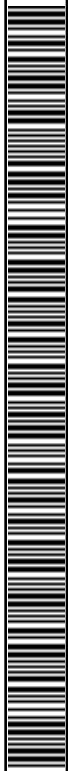
- O ano 1 da projeção considera os 12 meses subsequentes a data da publicação no Diário da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial e consequente concessão da recuperação do GRUPO TEDESCO;
- Todas as projeções foram feitas em um cenário conservador.
- Todas as projeções foram feitas exclusivamente com informações fornecidas pelo GRUPO TEDESCO, na pessoa dos seus Diretores, sócios e do profissional responsável pela contabilidade da empresa e não foram auditadas.

### 5.1.5 ANÁLISE

Tomando-se como base os resultados projetados, torna-se possível destacar:

- Conforme a projeção, o lucro líquido apurado ao final de cada ano é suficiente para o pagamento da proposta aos credores e ao cumprimento do pagamento do passivo tributário, além dos investimentos necessários. Desta forma fica demonstrada a viabilidade da superação da situação de crise econômico-financeira do GRUPO TEDESCO, permitindo que seja mantida a fonte produtora do emprego dos trabalhadores e os interesses dos credores, promovendo assim a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica;
- Mesmo com algumas elevações nos gastos fixos, em virtude do aumento do nível de atividade, o efeito da alavancagem operacional é favorável, a ponto de reduzir os custos fixos em termos percentuais. Dessa forma, o lucro operacional oscila em torno de 3% da receita bruta projetada, sendo que pelas dificuldades inerentes ao início do Processo de Recuperação e a retomada do crescimento deve apresentar um percentual menor ou mesmo negativo nos primeiros anos os quais devem melhorar significativamente nos anos que se seguem.

Considerando o desembolso com o pagamento dos credores, do passivo não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, do passivo Tributário, a





#### **PRJ – GRUPO TEDESCO**

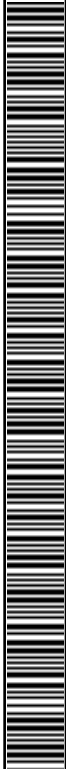
recomposição de capital de giro próprio e os investimentos necessários para o GRUPO TEDESCO, conforme projeção de resultados, o saldo de caixa final no ANO 1, fica em torno de 1% da receita com variação de 2% em anos alternados, porém com a melhora do mercado, poderá chegar a um saudável patamar de 1,33% ao final do período de pagamento aos credores, ou seja, no ANO 15.



PRJ – GRUPO TEDESCO

**5.2 DETALHAMENTO DA PROJEÇÃO DE RESULTADOS (VIDE ANEXO I – LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO E FINANCEIRO)**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projud/> - Identificador: PJTUK RBJGL RDQTT XWG7D



PRJ – GRUPO TEDESCO

## 6 PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Para a elaboração desta proposta de pagamentos, levou-se em consideração a dívida devidamente inscrita e habilitada no processo de Recuperação Judicial, protocolado na data de 20 de agosto de 2024, autos nº 0033231-94.2024.8.16.0021, em trâmite perante o Juízo da 4ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, cujo deferimento do processamento ocorreu em 11 de dezembro de 2023, com decisão proferida pelo Exmo. Dr. Juiz de Direito Natan Kirchner Herbst, com a consequente publicação da decisão ocorrida no Diário da Justiça do Estado do Paraná.

Adotou-se a premissa de que todos os valores, prazos e demais condições assumidas, deverão obrigatoriamente ser cumpridas rigorosamente dentro do estabelecido na aprovação do presente plano, dentro do que estabelece a Lei 11.101 de 09 de fevereiro de 2005.

Em conformidade com essa premissa colocada, se faz necessária que a proposta seja realizada dentro do que é condizente com as projeções econômico-financeiras, sob pena de inviabilizar o processo de recuperação da empresa.

Ainda se faz mister enfatizar a especial atenção na condução da aprovação deste plano, para que não tenhamos o efeito “*Vitória de Pirro*” ou “*Vitória Pirrica*”, situação na qual se vence a questão, porém não existe o benefício esperado ao vencedor, pelo motivo das condições em que ocorreram a vitória, acabaram por destruir ou neste caso, inviabilizar totalmente a efetivação e execução da presente proposta de pagamento.

A presente proposta projeta o pagamento da dívida inscrita nas classes I, II, III e IV sendo respectivamente, Credores Trabalhistas, Credores com Garantia Real, Credores Quirografários e Credores ME e EPP.

Salientamos ainda, que caso haja exclusão ou inclusão de algum credor, na relação de credores apresentados pelo GRUPO TEDESCO, e em sendo no caso da exclusão, o referido crédito for exigido fora do processo de recuperação



## **PRJ – GRUPO TEDESCO**

judicial, o valor reservado para o pagamento deste credor neste plano será mantido para o pagamento do valor a este credor, fora do processo de recuperação judicial, uma vez que nas projeções já foram considerados os pagamentos do crédito em questão.

Da mesma forma, caso seja incluído algum valor na lista de credores apresentada e considerada para a efetivação da presente propositura de pagamento, este valor, caso seja significativo, poderá alterar as condições de pagamento, porém sem alterar o formato, percentuais e demais condições de pagamentos apresentadas neste plano, podendo exclusivamente aumentar o prazo de pagamento aqui mencionado para que seja adaptada a condição deste novo montante da dívida, aos percentuais considerados como limite viável e possível de pagamento aos credores.

### **6.1 PROPOSTA DE PAGAMENTO - CREDITORES DA CLASSE I**

#### **6.1.1 PRAZO DE PAGAMENTO**

Consideramos como prioridade o pagamento da Classe I, Credores Trabalhistas, conforme artigo 54 da Lei 11.101/2005, onde estes receberão integralmente seus créditos até o décimo segundo mês após a data de publicação da homologação do Plano de Recuperação no Diário de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em consonância ao Artigo 54 § 2º da Lei 11.101/2005 e suas atualizações pela Lei 14.112/2020.

### **6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO - CREDITORES DAS CLASSES II, III E IV**

#### **6.2.1 PRAZO DE PAGAMENTO**

Quinze (15) anos contados a partir da data de publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação no Diário de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.



## PRJ – GRUPO TEDESCO

### 6.2.2 INÍCIO DOS PAGAMENTOS

Dose (12) meses contados a partir da data de publicação da decisão da homologação do Plano de Recuperação no Diário de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

### 6.2.3 FREQUÊNCIA DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos se darão em intervalos regulares de 12 meses contados a partir do primeiro pagamento realizado, ou seja, serão pagamentos anuais.

### 6.2.4 NÚMERO DE PARCELAS

A presente proposta prevê o pagamento dos credores devidamente inscritos no Quadro Geral de Credores, em quinze (15) parcelas anuais e consecutivas.

### 6.2.5 DESÁGIO

A presente proposta prevê deságio a ser aplicado sobre os valores devidamente inscritos no quadro geral de credores de 80% (noventa por cento), ou seja, será pago equivalente a 20% (dez por cento) dos valores devidos aos credores inscritos nas classes II, III e IV, no quadro geral de credores.

### 6.2.6 CORREÇÃO MONETÁRIA E ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Como índice de atualização anual dos valores contidos na lista de credores (Quadro Geral de Credores) deste processo de Recuperação Judicial, será utilizada a Taxa Referencial, comumente abreviada como TR, criada pela Lei nº 8.177/91, de 1º de Março de 1991 e Resolução CMN – Conselho Monetário Nacional nº 2.437, de 30 de Outubro de 1997 e definida pelo Governo Federal como indexadora dos contratos com prazo ou período de repactuação igual ou superior a três meses, a TR será ainda acrescida de um percentual fixo de 1% (Um ponto percentual), ficando a atualização dos valores através da aplicação da TR + 1 A.A. (ao ano) e começará a incidir a partir da data da publicação no Diário da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da decisão de homologação deste Plano.





## PRJ – GRUPO TEDESCO

### 6.2.7 DEMAIS CONDIÇÕES DESTA PROPOSTA

O valor resultante da proposta anteriormente descrita será distribuído entre os credores de Classe II, Classe III e Classe IV, ao final de cada período de 12 meses a contar da data inicial observada na proposta, e este valor apurado para pagamento dos credores será pago observando-se cinco premissas:

- Caso ocorra a inclusão de algum credor da Classe I (Credor Trabalhista) ao longo do período de pagamento proposto neste Plano de Recuperação, o montante projetado reservado ao pagamento da dívida será destinado prioritariamente para estes novos credores Trabalhistas, sendo pagos sempre 12 meses após a inscrição da dívida no Processo de Recuperação Judicial.
- Durante todo o período de pagamento aprovado, o valor será distribuído dentro da proporcionalidade dos créditos de cada um dos credores pertencentes à Classe II, Classe III e Classe IV, ou seja, o valor a ser distribuído será proporcional ao valor da dívida do credor inscrita no Quadro Geral de Credores;
- Em situação alguma se deixará de observar o Princípio da Igualdade no tratamento e pagamento a todos os credores inscritos no Quadro Geral de Credores, seja Classe II, Classe III e Classe IV;
- Com o intuito de privilegiar o pagamento aos Credores submetidos à recuperação até o pagamento integral de todos os créditos, nesse caso o 15º pagamento anual, a empresa não poderá distribuir ou constituir reserva para pagamento de lucros aos seus sócios;
- A presente proposta prevê pagamento prioritário dos créditos Trabalhistas, quitando-os até o décimo segundo mês após a data de publicação da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial como impõe o artigo 54 da Lei 11.101/2005.
- Ressaltamos ainda, que durante o período acima mencionado os Credores receberão os valores estipulados, sendo certo que ao final do período dar-se-á em qualquer das hipóteses acima a quitação integral das obrigações da *RECUPERANDA* atinentes ao passivo sujeito à recuperação judicial, considerando-se saldadas todas as dívidas, para nada mais reclamarem os credores contra elas ou seus coobrigados.

PRJ – GRUPO TEDESCO

6.2.8 PROJEÇÃO DO PAGAMENTO AOS CREDORES

Para os Credores da Classe II (Credores com Garantia Real), Classe III (Quirografários) e Classe IV (Credores ME e EPP) o plano prevê remissão parcial do saldo existente em 80% (noventa por cento) do montante total do débito homologado no Quadro Geral de Credores<sup>4</sup>, pois somente com este deságio a empresa conseguirá liquidar todos seus débitos nos 15 (Quinze) anos previstos.

No quadro a seguir apresentamos resumo das projeções de pagamentos a serem efetuados conforme este plano na amortização do Passivo junto aos Credores pertencentes às Classes I, II, III e IV:

GRUPO TEDESCO - PROJEÇÃO DE PAGAMENTO AOS CREDORES - CLASSES: II, III e IV								Correção Saldo Devedor
								TR + 1%
Ano	Valor Projetado Destinado ao Pagamento	% Pagamento Sobre Saldo no Ano	Projeção de Valores NOMINAIS Liquidados Acumulados	CORREÇÃO TR + 1%	Valor Parcela anual	Saldo Devedor sem Correção, inclusive Classe I	Valor de Correção Anual sobre Parcela	Parcela Anual " + " Correção
ANO 0			-			2.561.690,63		-
ANO 1 *	192.609,11		192.609,11	25.616,91	218.226,02	2.369.081,53	25.616,91	218.226,02
ANO 2	169.220,11	6,61	361.829,22	23.690,82	192.910,92	2.199.861,42	23.690,82	192.910,92
ANO 3	169.220,11	20,73	531.049,33	21.998,61	191.218,72	2.030.641,31	21.998,61	191.218,72
ANO 4	169.220,11	27,34	700.269,44	20.306,41	189.526,52	1.861.421,20	20.306,41	189.526,52
ANO 5	169.220,11	33,94	869.489,54	18.614,21	187.834,32	1.692.201,09	18.614,21	187.834,32
ANO 6	169.220,11	40,55	1.038.709,65	16.922,01	186.142,12	1.522.980,98	16.922,01	186.142,12
ANO 7	169.220,11	47,15	1.207.929,76	15.229,81	184.449,92	1.353.760,87	15.229,81	184.449,92
ANO 8	169.220,11	53,76	1.377.149,87	13.537,61	182.757,72	1.184.540,76	13.537,61	182.757,72
ANO 9	169.220,11	60,37	1.546.369,98	11.845,41	181.065,52	1.015.320,65	11.845,41	181.065,52
ANO 10	169.220,11	66,97	1.715.590,09	10.153,21	179.373,32	846.100,54	10.153,21	179.373,32
ANO 11	169.220,11	73,58	1.884.810,20	8.461,01	177.681,11	676.880,44	8.461,01	177.681,11
ANO 12	169.220,11	80,18	2.054.030,31	6.768,80	175.988,91	507.660,33	6.768,80	175.988,91
ANO 13	169.220,11	86,79	2.223.250,42	5.076,60	174.296,71	338.440,22	5.076,60	174.296,71
ANO 14	169.220,11	93,39	2.392.470,53	3.384,40	172.604,51	169.220,11	3.384,40	172.604,51
ANO 15	169.220,11	100,00	2.561.690,63	1.692,20	170.912,31	-	1.692,20	170.912,31
TOTAL	2.561.690,63	806,39	20.657.248,07	203.298,02	2.764.988,65		-	2.764.988,65

7 INFORMAÇÕES DOS DADOS PARA EFETIVAÇÃO DOS DEPÓSITOS DOS PAGAMENTOS DESTA PRJ AOS CREDORES DAS CLASSES I, II, III E IV

Para o recebimento dos valores, cada credor deverá informar via carta registrada, dentro de um prazo de até 90 dias anteriores a data definida como sendo a data de pagamento, ou seja 9 meses contados a partir da publicação da decisão homologatória no Diário do Estado do Paraná, a sua razão social, seu CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), o nome e número da Instituição Bancária, número da agência e seu número de conta corrente para que o

<sup>4</sup> Art.14 e Art.18 da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. – Valores em Reais ( R\$ )

**PRJ – GRUPO TEDESCO**

GRUPO TEDESCO, possa efetivar anualmente os depósitos dos valores destinados a quitação dos débitos mencionados neste Plano de Recuperação Judicial. Caso o credor altere qualquer item nestas informações solicitadas para efetivação do depósito e não informar esta alteração para o GRUPO TEDESCO, não será considerado descumprido das condições pactuadas, bastando o credor informar via carta registrada esta alteração para receber em um prazo de 30 dias o valor de direito conforme condições deste Plano de Recuperação Judicial.

Endereço do GRUPO TEDESCO para o envio destas informações:

**GRUPO TEDESCO**

**Rua Pedro Luiz Boaretto, 415 Bairro Cataratas Núcleo  
Produção Industrial II, no Município de Toledo - Estado do  
Paraná, CEP 85.818-635**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTUK RBJGL RDQTT XWG7D



**PRJ – GRUPO TEDESCO**

## **8 ANÁLISE DE VIABILIDADE DA PROPOSTA DE PAGAMENTO**

Pelos estudos e projeções realizados, demonstramos que o **GRUPO TEDESCO**, tem condição plena de liquidar suas dívidas constantes no Plano de Recuperação proposto, honrar com os compromissos não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, manter e ampliar a atividade operacional durante o período de recuperação e após ele, reverter de maneira significativa à atual situação em que se encontra tendo em vista os seguintes pontos:

- A Geração de caixa durante o período é plenamente suficiente para a liquidação das dívidas, bem como, para a manutenção das atividades operacionais e seus novos compromissos a serem assumidos, os créditos não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial e os investimentos necessários;
- As projeções mercadológicas realizadas por órgãos vinculados ao segmento e a atividade do **GRUPO TEDESCO**, para os próximos anos indicam favorável e constante elevação na demanda, uma vez que a PANDEMIA será superada e os hábitos e costumes, mesmo com alterações, serão retomados.
- As ações de melhoria apresentadas nesse plano, das quais, boa parte já está sendo aplicadas, e o comprometimento dos proprietários e da equipe de colaboradores com os objetivos traçados são fatores altamente positivos e que tendem a garantir o sucesso do plano apresentado;



**PRJ – GRUPO TEDESCO**

## **9 BAIXA DOS PROTESTOS**

Consoante com a Lei nº 9492/1997 (Lei do Protesto) os documentos de dívida mercantil ou de serviços que comprovem o compromisso entre o credor e o devedor, em casos de não pagamento, possuem legalmente assegurado o processo de Protesto Público, formal e solene.

Isso para que fique caracterizado o descumprimento pelo devedor e comprovado por um Órgão de Autoridade e Fé Pública, com respaldo na legislação, que dá legitimidade ao protesto e autoridade a seus efeitos. A lei regulamenta um instrumento para evitar a impunidade e atitudes de má-fé, restaurando a moralidade e seriedade em qualquer transação comercial.

O GRUPO TEDESCO, requereu o benefício legal da Recuperação Judicial de forma a garantir a manutenção das fontes produtoras, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, suas funções sociais e o estímulo à atividade econômica, e apresentou em Juízo aos Credores o Plano de Recuperação Judicial, objeto deste documento, que por sua vez, após aprovado em Assembleia Geral de Credores, constituirá título executivo judicial, nos termos do Artigo 475-N, inciso III, da Lei nº 5.869 de 11 de Janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Além disso, o artigo 59 da Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas) determina que a aprovação do Plano de Recuperação pelos Credores implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observando o disposto no parágrafo 1º do artigo 50 desta Lei (concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas).

Desta forma, uma vez aprovado o Plano de Recuperação Judicial, objeto deste documento, com a novação de todos os créditos anteriores ao pedido e ao plano sujeitos, e com a constituição do título executivo judicial pela decisão judicial que conceder a recuperação judicial do GRUPO TEDESCO, ficam desde já obrigados todos os Credores a ele sujeitos a cancelarem os protestos efetuados, inclusive em relação aos coobrigados, bem como os lançamentos nos órgãos de restrição ao crédito, principalmente no SERASA, SPC, EQUIFAX e





## PRJ – GRUPO TEDESCO

outros, pelo fato de não mais existir dívida mercantil ou de serviços não pagas, enquanto o plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido em seus termos aprovados.

Sendo assim, serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, pessoalmente os Credores que mantiverem os protestos vigentes e apontamentos mencionados no parágrafo anterior enquanto o Plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido.

## 10 SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES CONTRA OS AVALISTAS, FIADORES, GARANTIDORES SOLIDÁRIOS E COOBRIGADOS

A aprovação e homologação do presente Plano de Recuperação Judicial, constitui novação de dívida, portanto é condição coerente a suspensão da exigibilidade das garantias prestadas por terceiros, sejam eles, avalistas, fiadores ou garantidores solidários, enquanto cumpridas as disposições do presente Plano de Recuperação Judicial e seus modificativos.

Importante mencionar que a presente proposta não consiste na desoneração dos coobrigados ou mesmo na liberação de suas obrigações contratuais, mas sim, suspende toda e qualquer execução contra os avalistas, fiadores ou garantidores solidários, enquanto a *RECUPERANDA*, devedora principal, estiver cumprindo com os termos aqui acordados.

Porém caso o presente Plano de Recuperação Judicial venha a ser descumprido, todos os avalistas, fiadores, garantidores e coobrigados retornaram a sua condição contratual existente antes da aprovação do presente Plano de Recuperação, com suas obrigações contratuais anteriores a aplicação desta suspensão das execuções judiciais.

Em síntese, todos os credores sujeitos ao presente Processo de Recuperação Judicial, passam a autorizar suspensão das ações executivas contra os fiadores, devedores solidários, avalistas ou coobrigados de todas as operações inseridas no Quadro Geral de Credores, ficando acordado que o descumprimento do presente Plano de Recuperação Judicial, permitirá de imediato a retomada do curso das mencionadas ações.



**PRJ – GRUPO TEDESCO**

## **11 MANUTENÇÃO DA POSSE DOS BENS ESSENCIAIS**

Para a manutenção de suas atividades, o GRUPO TEDESCO necessita que todos os bens essenciais a atividade permaneça em sua posse e em plenas condições de operação.

Assim, com a aprovação do presente Plano, os credores concordam com a manutenção da *RECUPERANDA* na posse de seus bens essenciais até o encerramento do presente processo, ou seja, até a prolação da sentença a que se refere o art. 61 da Lei 11.101/05.

Ou seja, pela aprovação do presente Plano de Recuperação Judicial, fica estabelecido que a manutenção da essencialidade dos bens deverá ser estendida até a data da decretação da alta da empresa, fato que se dará pela sentença de encerramento do processo de recuperação judicial, que deve se dar conforme o artigo 61, da Lei 11.101/2005 e sua atualização promovida pela Lei 14.112/2020, dois anos após a data de homologação da aprovação do Presente Plano de Recuperação Judicial.

Cabe ainda ressaltar que atos de constrição, penhora, arresto ou busca e apreensão, os quais possam vir a tirar da posse do GRUPO TEDESCO os bens considerados essenciais, poderão cessar de forma abrupta o faturamento da empresa, condição que a deixaria sem condições de cumprir com os seus compromissos mais imediatos, entre eles os salários de seus colaboradores, fornecedores, impostos etc.

Importante ainda ressaltar que de nada adianta os credores aprovarem em assembleia o presente Plano de Recuperação Judicial, se a perda da posse de qualquer bem essencial ensejaria a impossibilidade de cumprimento das disposições aqui inseridas, ante a consequente redução do faturamento.



PRJ – GRUPO TEDESCO

11.1 LISTA DOS BENS ESSENCIAIS

Dão os credores, através da aprovação do Presente Plano de Recuperação Judicial, autorização para a permanência do GRUPO TEDESCO na posse dos bens essenciais a seguir arrolados, até a data da publicação da sentença de encerramento do presente processo de Recuperação Judicial:

BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE DAS EMPRESAS - IMÓVEIS (TELRI)									
MATRICULA	CARTÓRIO	CIDADE	UF	IMÓVEL	EMPREENHIMENTO	TIPO	CONTRATO	DEVEDOR PRINCIPAL	CREADOR
40.524	1º SERV. DE REG. DE IMÓVEIS	TOLEDO	PR	CHACARA 7	CHACARA 72F LOJA TELRI	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	1.452.131	TELRI	SICOOB UNICOOB

12 MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO

O GRUPO TEDESCO desde sua fundação, vem lutando pela sua consolidação e crescimento num mercado altamente competitivo. O alto dinamismo, a constante evolução e a capacidade operacional, sempre foram absolutamente indispensáveis para a sobrevivência das empresas do segmento. Tal situação de livre e acirrada competição acabou, ao longo dos últimos anos, por promover uma seleção natural entre as empresas concorrentes.

O GRUPO TEDESCO sempre desfrutou de sólido conceito por ser referência nos segmentos em que atua, realizando a prestação de seus serviços e a comercialização de seus produtos, com qualidade e com reconhecimento em diversas regiões. O GRUPO TEDESCO sempre buscou diferenciar-se de seus concorrentes oferecendo produtos de alto nível aliados a atendimento personalizado aos seus clientes, de forma a garantir a satisfação de seus parceiros.

Neste sentido, é inerente a qualquer empresa e especialmente para o GRUPO TEDESCO, para manter a sua competitividade – o que trará benefício a todos os Credores – proceder à renovação de seus ativos existentes, a fim de

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PUTUK RBJGL RDQTT XWG7D



## **PRJ – GRUPO TEDESCO**

manter sua infraestrutura operacional adequada à competitividade imposta pelo Mercado.

Sendo assim, após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, a venda de qualquer veículo, equipamentos, imóveis e instalações da empresa, fica desde já autorizada pelos Credores, porém sujeita a autorização judicial conforme a Lei 11.101/2005, para que seja realizada esta renovação mencionada e necessária ao próprio negócio.

Os recursos que porventura forem obtidos com as referidas vendas e que não forem utilizados para esta renovação serão destinados à necessária recomposição do capital de giro do GRUPO TEDESCO, com o intuito de reduzir seu custo financeiro, os quais serão devidamente registrados em seus demonstrativos contábeis.

Assim, destaca-se que, caso venha a ser necessária a utilização da movimentação do ativo, tais atos serão prontamente informados ao Juízo e objetivando efetiva autorização deste, em total transparência e legalidade para com os Credores sujeitos à recuperação da empresa.



**PRJ – GRUPO TEDESCO**

### **13 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Plano de Recuperação Judicial proposto, atende aos princípios da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresarial (Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 – Lei de Recuperação de Empresas), garantindo os meios necessários para a recuperação econômico-financeira do GRUPO TEDESCO.

Neste sentido, foram apresentados diferentes meios para a Recuperação Judicial do GRUPO TEDESCO no Plano de Recuperação Judicial, objeto deste documento.

Salienta-se ainda que o Plano de Recuperação Judicial apresentado demonstra a viabilidade econômico-financeira da empresa através de diferentes projeções, desde que as condições propostas para o pagamento aos credores sejam aceitas. Importante ainda destacar que um dos expedientes recuperatórios ao teor do artigo 50 da referida Lei de Recuperação de Empresas, é a “Reorganização Administrativa”, medida que foi iniciada e encontra-se em implementação.

Portanto, com as projeções para os próximos anos favoráveis ao segmento no qual o GRUPO TEDESCO atua, aliado ao grande *Know-How* na área, combinado ao conjunto de medidas ora proposto neste Plano de Recuperação Judicial, fica demonstrado à efetiva possibilidade da continuidade dos negócios com a manutenção e ampliação na geração de novos empregos, além do pagamento dos débitos vencidos.





**PRJ – GRUPO TEDESCO**

## **14 NOTA DE ESCLARECIMENTO**

Todo o trabalho técnico realizado pela PS – Serviços de Apoio Administrativo Eireli - ME., na elaboração do presente Plano de Recuperação Judicial, deu-se através da modelagem das projeções financeiras de acordo com as informações e premissas fornecidas pelo GRUPO TEDESCO ou pelos seus sócios e profissionais contratados por estes, a exemplo das informações fornecidas pelo profissional contábil que atende e assina como responsável técnico pela contabilidade da empresa. Cabe ainda salientar que tais informações não foram auditadas ou mesmo verificadas pela PS – Serviços de Apoio Administrativo Eireli ME., cabendo exclusivamente ao GRUPO TEDESCO, seus sócios e ao seu contador a responsabilidade pelas informações utilizadas na confecção deste Plano de Recuperação Judicial.

Estas informações alimentaram o modelo de projeções financeiras em conformidade com dados de mercado divulgados pelas principais entidades representante do segmento, estes dados projetados indicam o potencial de geração de caixa da empresa e consequentemente a capacidade de amortização da dívida.

Deve-se notar que este Plano de Recuperação Judicial se fundamentou na análise dos resultados projetados e contém estimativas que envolvem riscos e incertezas quanto à sua efetivação, pois dependem parcialmente de fatores externos à gestão da empresa.

Todas as projeções foram realizadas para o período de 16 anos e tiveram como base as informações que o GRUPO TEDESCO forneceu e das expectativas que existem no segmento em relação ao comportamento de mercado, preços, estrutura de custos e valores do passivo inscritos no processo.

Por toda a evidência, alterações na legislação pertinente ao segmento ou pertinente a setores impactantes ao segmento, mudanças na conjuntura econômica nacional bem como no comportamento das proposições consideradas refletirão nos resultados apresentados neste trabalho.



**PRJ – GRUPO TEDESCO**

## **15 CONCLUSÃO**

Através das implementações nos setores administrativo, comercial e financeiro, e suas consequentes reestruturações, conforme mais bem detalhado em item próprio já mencionado anteriormente, faz com que a PS – Serviços de Apoio Administrativo, acredite na viabilidade e no cumprimento pelo GRUPO TEDESCO do que é proposto aos credores através do presente plano de recuperação.

Este Plano de Recuperação Judicial, fundamentado no princípio da *PAR CONDITIO CREDITORUM*, implica novação objetiva e real dos créditos anteriores ao pedido, e obrigam o GRUPO TEDESCO, e todos os Credores a ele sujeitos nos termos do artigo 59 da Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas), do artigo 385 da Lei nº 10.406, de 10.01.2002 (Novo Código Civil) e artigo 475-N, inciso III, do caput da Lei 5.869/1973 (Código de Processo Civil).

A PS – Serviços de Apoio Administrativos, acredita que os Credores terão maior benefício através da implementação deste Plano de Recuperação, uma vez que a proposta aqui detalhada não agrega nenhum risco adicional.

**Toledo, 05 de fevereiro de 2025.**



PRJ – GRUPO TEDESCO

GRUPO TEDESCO

TEREZINHA GALANTE  
TEDESCO:152957109  
04

Assinado de forma digital por  
TEREZINHA GALANTE  
TEDESCO:15295710904  
Dados: 2025.02.10 14:03:26  
-03'00'

TÉLRI – TECNICA EM LINHAS E REDES RURAIS E INDUSTRIAIS LTDA

Franciele Terezinha  
Tedesco:02567573  
992

Assinado de forma digital  
por Franciele Terezinha  
Tedesco:02567573992  
Dados: 2025.02.10 14:03:44  
-03'00'

REDE ALTA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Luiz  
Tedesco:156  
44820904

Assinado de forma  
digital por Luiz  
Tedesco:15644820904  
Dados: 2025.02.10  
14:04:19 -03'00'

LUIZ TEDESCO  
PRODUTOR RURAL

TEREZINHA GALANTE  
TEDESCO:152957109  
04

Assinado de forma digital por  
TEREZINHA GALANTE  
TEDESCO:15295710904  
Dados: 2025.02.10 14:04:45 -03'00'

TEREZINHA GALANTE TEDESCO  
PRODUTORA RURAL

Fabio Luiz  
Tedesco:0256  
6408904

Assinado de forma  
digital por Fabio Luiz  
Tedesco:02566408904  
Dados: 2025.02.10  
14:05:01 -03'00'

FÁBIO LUIZ TEDESCO  
PRODUTOR RURAL

Franciele Terezinha  
Tedesco:02567573  
992


Assinado de forma digital por  
Franciele Terezinha  
Tedesco:02567573992  
Dados: 2025.02.10 14:05:20  
-03'00'

FRANCIELE TEREZINHA TEDESCO  
PRODUTORA RURAL

IVO  
DESTEFENI:1983646  
5987

Assinado de forma digital por  
IVO DESTEFENI:19836465987  
Dados: 2025.02.10 14:27:25  
-03'00'

IVO DESTEFENI  
CONTADOR RESPONSÁVEL  
CRC: 015601/0-2-PR

Documento assinado digitalmente  
 PEDRO LUIZ CIECHOWICZ DE SIQUEIRA  
Data: 07/02/2025 07:28:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PS – SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI ME.  
PEDRO SIQUEIRA

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTUK RBJGL RDQTT XWG7D

PRJ – GRUPO TEDESCO

## **16 ANEXOS**

### **16.1 ANEXO I – LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO E FINANCEIRO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – GRUPO TEDESCO.**

### **16.2 ANEXO II – LAUDO DE AVALIAÇÃO DOS BENS E ATIVOS – GRUPO TEDESCO.**

